



N.º 3

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO / DO MANDATO 2025/2029.

3

1 Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas, no
2 Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a
3 seguinte **Ordem do Dia**:

- 4
- 5 1. Proposta de Calendarização das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de
- 6 Évora para o ano de 2026.
- 7 2. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem
- 8 como a situação financeira do mesmo (*Para conhecimento*);
- 9 3. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2026;
- 10 4. Derrama para 2026;
- 11 5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2026;
- 12 6. Participação Variável no IRS para 2026;
- 13 7. Contratos Interadministrativos para Delegação de Competências com as
- 14 Uniões e Juntas de Freguesia do Concelho para 2026;
- 15 8. Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de
- 16 Évora para 2026;
- 17 9. Lista de Candidatos ao Cargo de Juiz Social;
- 18 10. Relatório de Execução Orçamental da Habévora | Junho de 2025 (Para
- 19 conhecimento);
- 20 11. Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção
- 21 e Infrações Conexas da CME – ano de 2024 (Para conhecimento);
- 22 12. Fixação da Remuneração do Gerente Executivo da Habévora;
- 23 13. Nomeação do Fiscal Único e Suplente da Habévora para 2026/2027;
- 24 14. Renovação de Protocolo de Rendimento Social de Inserção com o Centro
- 25 Humanitário de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa.

26

27 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão da Assembleia Municipal
28 cumprimentando o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, todos os membros da
29 Assembleia Municipal presentes, o público presente e ainda os colaboradores técnicos e
30 administrativos que acompanharam a sessão, que, sem a sua competência, não seria
31 possível assegurar o regular funcionamento dos trabalhos, dos quais a Assembleia
32 dependia.

33

34 Estiveram presentes os membros da Mesa:

35 **Presidente da Assembleia Municipal** - Jorge Quina Ribeiro de Araújo

36 **1ª Secretária** – Maria da Nazaré Pereira Lança

37 **2º Secretário** - Luís Carlos Fialho Pardal

38

- 1 **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos Deputados Municipais
2 eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:
- 3 - José Maria Rodrigues Figueira
 - 4 - Gil Pegado Porto (em substituição de José da Silva Costa Russo)
 - 5 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
 - 6 - Isolinda Rosa Pintado Bailote Esperança
 - 7 - Sérgio Miguel Franco de Oliveira
 - 8 - Ana Cristina das Neves Pires Almaça Caço
 - 9 - David Miguel Mirrado Lopes
 - 10 - Paulo José Veiga Ribeiro
 - 11 - Cláudia Maria Ferreira de Sousa Pereira
 - 12 - Paula Cristina Nobre de Deus
 - 13 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
 - 14 - Luísa de Jesus Godinho Fialho Oliveira (em substituição de Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso)
 - 15 - Henrique António de Oliveira Troncho
 - 16 - Bernarda Julieta da Noite Cota
 - 17 - Redolfo Constantino Pereira
 - 18 - Luís Carlos Fialho Ralo
 - 19 - Tiago Miguel Parreira Nunes
 - 20 - Vítor Manuel Marques Vaqueira
 - 21 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
 - 22 - Luís Maria Nunes dos Santos
 - 23 - Maria de Lurdes Beraldo de Brito
 - 24 - Luís Maria Pestana de Torres Vaz Freire
 - 25 - Tomás Prates Lavouras
 - 26 - Maria do Rosário Rodrigues Dolores Aresta Pires Mendes (em substituição de Luís Filipe
 - 27 Cristino Martins Laureano Tirapicos Nunes)
 - 28 - Ângela Manuel Marques Caeiro
 - 29 - Francisco Manuel Branco de Brito
 - 30 - Hélder da Costa Cabecinha (em substituição de Joaquim José dos Santos Lopes
 - 31 Godinho)
 - 32 - César Luís da Silva
 - 33 - Raquel Susana Baía Avó Machado dos Paços António
- 34
- 35 **Ausente:**
- 36 - Maria das Dolores Molero Marques Costa
- 37
- 38 A Câmara Municipal fez-se representar por:
- 39 - José Carlos das Dolores Zorrinho
 - 40 - Jerónimo António Vaqueiro José
 - 41 - Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira
 - 42 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
 - 43 - Patrícia José Correia Raposinho
 - 44 - João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira
- 45
- 46 **Ausente:**
- 47 - Ruben Filipe Soares dos Santos Rodrigues Miguéis
- 48
- 49 **O Presidente da Assembleia Municipal** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara
50 Municipal de Évora, às Senhoras e Senhores Vereadores, às Senhoras e Senhores
51 Deputados Municipais, bem como aos técnicos e colaboradores técnicos e administrativos
52 presentes, desejando a todos uma boa noite e, sobretudo, uma boa sessão da Assembleia.

1 Por se tratar da primeira assembleia ordinária, manifestou agrado em dirigir ao Senhor
2 Presidente da Câmara uma saudação, assinalando ser a primeira vez que este participava
3 numa sessão ordinária da Assembleia. Saudou igualmente os membros eleitos para a
4 Câmara Municipal e desejou a todos um mandato pleno de sucessos, reconhecendo que
5 se trataria de um mandato difícil, por razões de conhecimento geral. Na pessoa do Senhor
6 Presidente da Câmara, saudou toda a equipa do executivo camarário.

7
8 **O Presidente da Câmara Municipal** referiu que, sendo aquela a primeira sessão
9 ordinária da Assembleia Municipal de Évora, e tal como havia sido salientado pelo
10 Senhor Presidente, permitiu-se saudar a mesa eleita, os membros diretamente eleitos e os
11 presidentes das juntas de freguesia. Saudou igualmente todos quantos tornaram possível
12 a realização da assembleia, bem como a sua transmissão, gravação e todos os
13 procedimentos necessários ao seu bom funcionamento.

14 Recordou que todos haviam recebido um mandato para representar os cidadãos do
15 concelho, sublinhando que a Assembleia Municipal era o órgão de representação plural
16 por excelência e o mais importante órgão do município. Nesse sentido, e de forma breve,
17 expressou o desejo de que a pluralidade, o diálogo e o debate, enquanto elementos
18 integrantes de um órgão político daquela natureza, bem como o debate democrático,
19 fossem frutíferos. Transmitiu ainda a mensagem de que, em nome do executivo e da
20 vereação municipal, fora prestada toda a colaboração para que tal fosse possível,
21 nomeadamente para assegurar um funcionamento plural, dialogante e com debate
22 frutífero, e para que o papel de escrutínio e a ação da Assembleia Municipal fossem o
23 mais positivos possível.

24 25 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

26
27 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público
28 e questionou se alguém pretendia intervir.

29
30 **A Múncipe Maria de Malhagens Ramalho** leu a seguinte intervenção:

31 “Dirijo-me a esta Assembleia convicta que é meu dever como cidadã e moradora no
32 concelho, mas e também em nome de várias pessoas, trazer este tema à memória de quem
33 já o conhece, ou alertar para quem nada saiba sobre ele, sobretudo num momento em que
34 entram em funções novos deputados.

35 Trata-se de mostrar a nossa preocupação com um Pedido de atribuição de direitos de
36 prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco, ouro e prata com a
37 designação «Montemor», mas que abrange não só o concelho de Montemor-o-Novo,
38 como o de Évora, Viana do Alentejo e Vendas Novas.

39 Este pedido de direitos de pesquisa foi entregue a 15 de setembro de 2023, à Direção
40 Geral de Energia e Geologia pela Sociedade E79 Portugal Unipessoal Lda.

41 Entretanto, em janeiro do corrente ano de 2025, foram organizadas diversas Sessões de
42 Esclarecimento e uma Consulta Pública concluída em março também deste ano. De lá
43 para agora, nada mais sabemos...

44 O que se pretende com o pedido de prospeção entregue é ter o direito de realizar, durante
45 cerca de 5 anos, uma retirada de amostras de solo, mas também efetuar sondagens.

46 Pela leitura dos documentos que foram disponibilizados na Consulta Pública, mas
47 também nas sessões de esclarecimento, ficámos a saber que esta empresa que foi
48 constituída em 2022 (certamente de propósito para este pedido), tem como capital apenas
49 500 euros (!) mas possuindo, no entanto, uma equipa formada por indivíduos e empresas
50 especialistas em mineração de vários cantos do mundo, investidores cotados em bolsa,

1 etc., etc., tudo isto numa sede situada num obscuro andar de um prédio em Beja, na Rua
2 da Lobata.

3 Pela análise da documentação verificámos, desde logo, como imagem de marca desta
4 empresa, a enorme falta de cuidado na apresentação do Relatório, com gralhas,
5 imprecisões técnicas, etc. o que nos faz ficar bastante inseguros...

6 Lembramos também que a pesquisa em alguns dos locais solicitados têm já antecedentes,
7 nomeadamente na zona de São Sebastião da Giesteira-Boa Fé, onde foi aprovado, em
8 2013 um Estudo de Impacte Ambiental para uma mina de ouro a céu aberto. Felizmente
9 esta não foi avante, muito por causa da pressão das associações e dos habitantes algo que,
10 a concretizar-se seria um verdadeiro desastre ambiental, mas não só, tendo em conta que
11 o próprio responsável português da empresa que, na altura, era canadiana, desapareceu
12 depois de não pagar salários e decretar insolvência, tudo isto, supostamente, com a
13 fiscalização da Direcção Geral da altura...

14 ENTÃO O QUE NOS INQUIETA AGORA?

15 De todo este território estamos seriamente preocupados com as áreas abrangidas pelas
16 Zonas Especiais de Conservação - Rede Natura 2000 - de Cabrela e Monfurado, sabendo
17 que, sobretudo nesta última, há indícios de ouro e antecedentes do tal projeto aprovado.
18 De facto, estas duas áreas, nunca deveriam ter constado do mapa do pedido de prospeção,
19 mas, infelizmente, estão lá e sabemos que dos dois Planos de Gestão que já deveriam ter
20 sido aprovados por obrigação legal, falta ainda o de Monfurado a aguardar, desde 25 de
21 junho de 2024 a sua publicação.

22 Nestes Planos está definida a impossibilidade de levar a cabo novas explorações de
23 massas minerais ou o aumento das existentes e, por isso achamos que nunca deveriam ter
24 sido incluídas neste pedido.

25 De qualquer forma, não nos preocupam apenas os Sítios da Rede Natura, mas todo um
26 território onde se encontra uma biodiversidade excepcional associada a um Património
27 Cultural único.

28 De notar também que os documentos que foram a Consulta Pública não incluíam mapas
29 onde fossem bem visíveis os valores que estão em causa, ou seja, as diversas
30 condicionantes existentes no território. Desta forma a população saiu desde logo
31 defraudada desta suposta auscultação...

32 E AFINAL O QUE ESTÁ EM CAUSA?

33 Numa primeira fase, se for aceite este pedido, a empresa pode iniciar as atividades de
34 pesquisa ocasionando, desde logo, impactes, tanto em terrenos privados como públicos,
35 nomeadamente: abertura de sanjas e novos caminhos, poços de prospeção e furos de
36 sondagens com o perigo do escape de lamas e materiais contaminantes, ocasionando
37 assim perturbações no ambiente e nas comunidades locais.

38 Numa segunda fase (e lembramos que tudo começa com um aparente «simples pedido de
39 prospeção»), caso sejam detetadas massas minerais interessantes, nomeadamente ouro,
40 podem estar em causa impactes muito sérios no nosso território, desde logo uma
41 exploração *mineira a céu aberto*.

42 Uma exploração mineira deste tipo implica sempre a detonação de toneladas de
43 explosivos, com impactes em termos de ruído, emissão de poeiras muitas vezes tóxicas
44 quando há elevada concentração de arsénico presente nas rochas, destruição do coberto
45 vegetal com o abate de sobreiros e azinheiras por exemplo, levando ao desaparecimento
46 da biodiversidade das zonas em causa. Tudo isto envolve impactes muito negativos
47 também para os habitantes em vastas áreas (lembramos que as poeiras atingem diversos
48 km) mas também sobre o património e paisagem cultural da região.

49 E AGORA O QUE PRETENDEMOS DESTA ASSEMBLEIA?

1 Com a exposição desta nossa preocupação, queremos lembrar que este assunto está à
2 aguardar resposta por parte da Direcção Geral de Energia e Geologia, sendo que tanto o
3 executivo de Évora da altura, mas também o de Montemor, se pronunciaram contra.
4 ASSIM, queremos saber o que pensa esta Assembleia sobre o assunto;
5 - Queremos também saber se podemos contar com todos para ajudar a travar este pedido
6 de prospeção;
7 - E, por último, se podemos contar também com o vosso apoio para que, junto do ICNF
8 ou mesmo do Ministério do Ambiente e da Energia seja rapidamente publicado o Plano
9 de Gestão da Zona Especial de Conservação de Monfurado, à semelhança do que foi feito
10 para a Zona de Cabrela.
11 Lembramos que este é mais um projeto, entre muitos, de exploração intensa do território
12 algo que se irá agravar muito, e muito mais, com o alastrar de campos a perder de vista
13 de agricultura intensiva e tóxica, ou o desastre que se tem visto a assistir de megaprojetos
14 de energia solar, também eles a obrigar a uma razia do montado e da biodiversidade, em
15 nome das mais-valias de uns quantos investidores que muitas vezes nem conhecem
16 Évora!”

17
18 **O Presidente da Câmara** tomou boa nota do que foi dito e referiu que, ainda enquanto
19 Deputado Municipal em Montemor, tinha manifestado a sua posição contra aquele
20 projeto, mantendo essa mesma posição. O assunto ainda não tinha sido discutido em sede
21 de Câmara Municipal, tendo sido, contudo, registado o que foi referido

22
23 **O deputado Henrique Troncho** referiu que também tinha sido Deputado Municipal à
24 época em que o assunto teve início e que tivera a oportunidade, juntamente com todo o
25 Grupo Municipal do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Évora, de envidar
26 todos os esforços para que o projeto não avançasse. Acrescentou que o entendimento
27 então assumido se mantinha inalterado e que, por esse motivo, os subscritores da proposta
28 ou da iniciativa apresentada podiam contar com o apoio de todo o Grupo Municipal do
29 PS na defesa dos interesses da região, sublinhando ainda que toda a situação parecia
30 apontar para uma verdadeira tentativa de crime ambiental.

31
32 **O deputado José Figueira** referiu que, tal como tinha sido mencionado recentemente,
33 também a CDU, naquela Assembleia, tinha assumido uma posição contrária ao
34 desenvolvimento da exploração mineira daquela área, mantendo até então as mesmas
35 posições. Acrescentou que tinham conhecimento de que já tinham existido respostas, mas
36 que não dispunham de informação concreta da Direcção-Geral de Energia e Geologia que
37 indicasse que a empresa referida não tinha viabilidade para explorar a zona classificada
38 como área de prospeção mineira. Nesse sentido, afirmou que iriam aguardar por mais
39 informação, sublinhando que o movimento de cidadãos que ali se tinha apresentado
40 poderia sempre contar com a opinião e a posição da CDU sobre aquela matéria.

41
42 **O deputado Francisco Figueira** afirmou que pretendia saudar a manifestação ali
43 realizada, relativa a uma preocupação que vinha sendo expressa pelos diversos órgãos do
44 município ao longo dos últimos anos, desde o surgimento daquela intenção. Declarou
45 ainda que, da sua parte, se mantinha a posição inicialmente assumida - referindo que, à
46 data, não era deputado municipal, mas que acompanhara o processo -, tendo sido contra
47 o projeto e continuando a sê-lo. Acrescentou que mantinham, além disso, uma atenção
48 ativa às preocupações apresentadas, agradecendo que estas tivessem sido ali expressas
49 publicamente, num gesto de civismo que considerou dever ser sublinhado, por ser cada
50 vez mais raro, referindo que, muitas vezes, nas assembleias, os intervenientes falavam

1 apenas entre si, saudando os presentes por esse motivo e reafirmando a manutenção da
2 posição assumida.

3
4 **O deputado Rodolfo Pereira** agradeceu igualmente a presença da Maria, que já conhecia
5 há alguns anos, e transmitiu que a sua posição à data era a mesma que mantivera em 2021,
6 2022, 2023 e 2024. Referiu que, assim que teve conhecimento do pedido de prospeção,
7 expressou a sua oposição ao projeto, tanto a título pessoal como institucional.
8 Acrescentou que contactou diversos moradores e cidadãos, bem como a Academia, a
9 Universidade de Évora e várias instituições, no sentido de colaborarem na consulta
10 pública relativa à prospeção, a qual foi, no ano anterior, uma das consultas públicas com
11 maior número de participações, num total de 179, das quais 178 se manifestaram contra
12 a prospeção e entendeu ser seu direito e dever apresentar naquela assembleia uma moção
13 contra a referida prospeção, a qual foi apresentada, votada e aprovada por unanimidade,
14 tendo sido decidido que todos eram contra a prospeção. Sublinhou que a questão sempre
15 o preocupou, nomeadamente pelo facto de o ICNF ainda não se ter pronunciado sobre o
16 plano de gestão da Zona do Monfurado e de, enquanto esse plano não fosse publicado em
17 Diário da República, o risco subsistir.

18 Referiu ainda que, com a entrada em funções de um novo Executivo Municipal, e tendo
19 sido recentemente celebrado o 39.º aniversário da classificação do Centro Histórico como
20 Património Mundial da Humanidade, lançou o desafio de se ponderar uma candidatura da
21 Serra do Monfurado a Reserva da Biosfera da UNESCO, considerando que tal poderia
22 ser agregador e benéfico para o concelho. Destacou a presença do Presidente da
23 Assembleia Municipal, biólogo reconhecido e defensor da biodiversidade, e defendeu que
24 se deveria, em conjunto com a Academia, a Universidade e o ICNF, refletir seriamente
25 sobre essa candidatura, atendendo à riqueza da zona, tanto em património natural como
26 arquitetónico, nomeadamente a Gruta do Escoural, o Cromeleque dos Almendres e a Anta
27 do Zambujeiro, afirmando que todos deveriam envidar esforços para defender esse
28 património, muitas vezes pouco valorizado, agradecendo novamente à Maria por ter
29 trazido o tema àquele órgão.

30
31 **O Presidente da Assembleia Municipal**, não havendo mais nenhuma intervenção, deu
32 por encerrado aquele ponto, ficando claro que, pelas intervenções produzidas, existia um
33 sentimento muito forte de proteção do território, acrescentando que a Câmara Municipal
34 iria, naturalmente, acompanhar o processo e que, certamente, o tema voltaria a ser
35 abordado.

36
37 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período de Antes da Ordem do
38 Dia.

39 40 **II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

41 42 **A) Saudação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora.**

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara
45 Municipal de Évora, às Senhoras e Senhores Vereadores, às Senhoras e Senhores
46 Deputados Municipais, bem como aos técnicos e colaboradores técnicos e administrativos
47 presentes, desejando a todos uma boa noite e, sobretudo, uma boa sessão da Assembleia.
48 Por se tratar da primeira assembleia ordinária, manifestou agrado em dirigir ao Senhor
49 Presidente da Câmara uma saudação, assinalando ser a primeira vez que este participava
50 numa sessão ordinária da Assembleia. Saudou igualmente os membros eleitos para a
51 Câmara Municipal e desejou a todos um mandato pleno de sucessos, reconhecendo que
52 se trataria de um mandato difícil, por razões de conhecimento geral. Na pessoa do Senhor
53 Presidente da Câmara, saudou toda a equipa do executivo camarário.

1 **O Presidente da Câmara Municipal** referiu que, sendo aquela a primeira sessão
2 ordinária da Assembleia Municipal de Évora, e tal como havia sido salientado pelo
3 Senhor Presidente, permitiu-se saudar a mesa eleita, os membros diretamente eleitos e os
4 presidentes das juntas de freguesia. Saudou igualmente todos quantos tornaram possível
5 a realização da assembleia, bem como a sua transmissão, gravação e todos os
6 procedimentos necessários ao seu bom funcionamento.

7 Recordou que todos haviam recebido um mandato para representar os cidadãos do
8 concelho, sublinhando que a Assembleia Municipal era o órgão de representação plural
9 por excelência e o mais importante órgão do município. Nesse sentido, e de forma breve,
10 expressou o desejo de que a pluralidade, o diálogo e o debate, enquanto elementos
11 integrantes de um órgão político daquela natureza, bem como o debate democrático,
12 fossem frutíferos. Transmitiu ainda a mensagem de que, em nome do executivo e da
13 vereação municipal, fora prestada toda a colaboração para que tal fosse possível,
14 nomeadamente para assegurar um funcionamento plural, dialogante e com debate
15 frutífero, e para que o papel de escrutínio e a ação da Assembleia Municipal fossem o
16 mais positivos possível.

17
18 B) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.

19
20 **O Presidente da Assembleia Municipal** sublinhou que a Assembleia Municipal era o
21 órgão deliberativo cimeiro da autarquia e não o órgão executivo, esclarecendo que a
22 função executiva competia à Câmara Municipal. Indicou que era a Câmara que executava,
23 mas que cabia à Assembleia, em última instância, aceitar ou não aceitar, aprovar ou não
24 aprovar, as propostas apresentadas, sendo a ordem de trabalhos dessa sessão ilustrativa
25 dessa realidade. Destacou que todos partilhavam uma grande responsabilidade, sendo
26 companheiros não na partilha do pão, mas na responsabilidade comum e que, para o
27 exercício das suas competências, era essencial conhecer bem o Concelho, não bastando
28 informações indiretas sobre situações em diferentes localidades ou sobre o andamento de
29 obras e defendeu a necessidade de acompanhar de perto os acontecimentos.

30 Nesse sentido, afirmou que iria propor, ao longo do mandato, diversas saídas da
31 Assembleia, quer através da descentralização dos trabalhos pelas várias freguesias do
32 concelho, quer através de visitas a grandes empresas dos sectores dos serviços, comércio,
33 indústria e agricultura, por serem responsáveis pela criação de riqueza no concelho, bem
34 como visitas a obras em curso, esclarecendo que essas iniciativas dependeriam da
35 consensualização em sede de conferência de representantes, mas reiterou ser sua intenção
36 promover a possibilidade de os membros conhecerem melhor o Concelho e as suas
37 Freguesias. Concluiu referindo que aquelas palavras eram particularmente dirigidas aos
38 novos membros, que ainda não o conheciam, e que teriam certamente oportunidade de
39 percorrer o Concelho e as Freguesias.

40
41 C) Proposta de aprovação das atas nº 28 de 2025-09-19 e nº 1 de 2025-10-31.

42
43 Deliberação da Ata nº 28 de 2025-09-19:

44 Aprovada por unanimidade.

45 Os deputados municipais Gil Pegado Porto, Isolinda Rosa Pintado Bailote Esperança,
46 Sérgio Miguel Franco de Oliveira, Ana Cristina das Neves Pires Almaça Caço, Cláudia
47 Maria Ferreira de Sousa Pereira, Luísa de Jesus Godinho Fialho Oliveira, Henrique António
48 de Oliveira Troncho, Luís Carlos Fialho Ralo, Tiago Miguel Parreira Nunes, Vítor
49 Manuel Marques Vaqueira, Maria de Lurdes Beraldo de Brito, Luís Maria Pestana de
50 Torres Vaz Freire, Tomás Prates Lavouras, Maria do Rosário Rodrigues Dores Aresta
51 Pires Mendes, Ângela Manuel Marques Caeiro, Hélder da Costa Cabecinha, César Luís

1 da Silva e Raquel Susana Baía Avó Machado dos Paços António, não votaram por não
2 estarem presentes na sessão a que ela respeita.

3
4 Deliberação da Ata nº 1 de 2025-10-31:

5 Aprovada por unanimidade.

6 Os deputados municipais Gil Pegado Porto, Luísa de Jesus Godinho Fialho Oliveira, Luís
7 Maria Pestana de Torres Vaz Freire, Maria do Rosário Rodrigues Dores Aresta Pires
8 Mendes e Hélder da Costa Cabecinha, não votaram por não estarem presente na sessão a
9 que ela respeita.

10
11 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que receberam 3 Moções e
12 Deliberação e, seguindo a ordem que lhe foi apresentada, solicitou à bancada da CDU
13 que procedesse à apresentação da Moção Saudação aos Trabalhadores e à Greve Geral de
14 11 de dezembro.

15
16 **O deputado José Figueira** procedeu à leitura da Moção Saudação aos Trabalhadores e à
17 Greve Geral de 11 de dezembro, a qual se transcreve na íntegra:

18 *“No passado dia 11 de dezembro, os trabalhadores portugueses manifestaram-se contra*
19 *o Pacote Laboral ao aderirem à Greve Geral, convocada pelas confederações sindicais,*
20 *em particular pela CGTP-IN que tomou a iniciativa de avançar com a ação contra o*
21 *pacote laboral e a Greve Geral, que teve o apoio da UGT bem como das estruturas*
22 *sindicais e outras organizações dos trabalhadores que marcaram posição e a ela se*
23 *associaram.*

24 *A Greve Geral, foi uma poderosa demonstração de força e unidade dos trabalhadores,*
25 *uma clara rejeição do Pacote Laboral e dos seus conteúdos concretos.*

26 *Uma expressiva resposta com um apoio generalizado aos objetivos da greve, quer pelos*
27 *trabalhadores que aderiram, quer pelos que, por esta ou aquela razão, não tiveram*
28 *condições de a fazer, mas com ela se mostraram solidários.*

29 *A Greve Geral contou com o envolvimento, adesão e mobilização dos trabalhadores,*
30 *muitos deles que pela primeira vez o fizeram, com vínculos efetivos e vínculos precários,*
31 *de trabalhadores imigrantes, com a participação destacada da juventude e das mulheres.*

32 *Uma greve com forte impacto na indústria, serviços, transportes, cultura, no sector*
33 *privado e no sector público.*

34 *A Greve Geral afirmou a força de quem trabalha, constituiu uma marca na vida nacional*
35 *e impôs novos elementos no quadro político e social.*

36 *Sendo uma afirmação efetiva dos direitos e liberdades democráticas, a Greve Geral*
37 *aponta o caminho de que Portugal precisa e reclama a concretização do projeto de*
38 *desenvolvimento, progresso e justiça social que a Constituição da República Portuguesa*
39 *comporta.*

40 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 19 de dezembro de 2025, saúda todos os*
41 *trabalhadores portugueses e todos os trabalhadores (do setor público e privado), do*
42 *concelho de Évora, protagonistas e construtores da histórica Greve Geral de 11 de*
43 *dezembro.*

44 *A Assembleia Municipal de Évora delibera enviar a presente saudação às confederações*
45 *sindicais, aos grupos parlamentares e partidos representados na Assembleia da*
46 *República, ao Primeiro-Ministro e à Presidência da República.”*

47
48 **O deputado Henrique Troncho** afirmou que a moção apresentada pela CDU continha
49 sete parágrafos com os quais concordavam integralmente e que, por esse motivo, seriam
50 votados favoravelmente, contudo, a existência de um parágrafo que consideravam
51 negativo, por introduzir desunião onde existira união. Sublinhou que a força da greve

1 geral residira precisamente na união entre as duas centrais sindicais, considerando que a
2 tentativa de atribuir a iniciativa a uma e o seguimento a outra constituía uma interpretação
3 artificial de uma realidade marcada apenas pela união e que, caso se entrasse numa lógica
4 comparativa, também se poderia afirmar que a UGT fora mais determinada, por ter
5 proposto dois dias de greve, mas frisou que tal não era o essencial, que o essencial
6 consistira em saudar os trabalhadores portugueses pelo êxito da greve e pelo facto de
7 terem atingido os objetivos a que se propunham, num ambiente de perfeita união. Nesse
8 sentido, e igualmente num espírito de união, propôs que o primeiro parágrafo tivesse a
9 seguinte redação: “No passado dia 11 de dezembro, os trabalhadores portugueses
10 manifestaram-se contra o protocolo laboral ao aderir à greve geral convocada pelas
11 confederações sindicais, com o apoio de estruturas sindicais independentes e de outras
12 organizações de trabalhadores que marcaram posição e a elas se associaram.”
13 Concluiu afirmando que essa era a sugestão apresentada pela CDU e que, caso se
14 pretendesse que o pacto e a moção fossem aprovados por unanimidade e sem reservas,
15 deveria ser aceite essa proposta.

16
17 **O deputado Francisco Figueira** começou por saudar a CDU pela apresentação da
18 moção, não tanto pelo seu mérito, mas pela ousadia de a submeter àquela Assembleia nos
19 termos em que o fez. Sublinhou o seu total respeito pelos trabalhadores em greve,
20 referindo que sempre fora sindicalizado e inscrito num sindicato da UGT, encontrando-
21 se apenas naquele momento não sindicalizado em virtude da função pública que exercia,
22 e saudou os trabalhadores que legitimamente exerceram um direito democrático de
23 manifestação.

24 Referiu que a CDU pretendeu também expressar solidariedade para com os trabalhadores
25 da Câmara Municipal de Évora, que realizaram uma greve de forma maciça e com razões
26 atendíveis e considerou, porém, que a CDU demonstrou grande ousadia ao apresentar a
27 moção, uma vez que, após doze anos a abandonar os trabalhadores da Câmara de Évora,
28 estes continuavam a trabalhar, na sua esmagadora maioria, em condições difíceis.
29 Manifestou particular solidariedade para com os trabalhadores da área da higiene, que
30 prestavam serviço em condições que classificou como indignas, salientando que o
31 Executivo cessante não tivera condições, ou não quisera, proporcionar-lhes as condições
32 que mereciam, afirmando que a CDU, tendo responsabilidades na gestão da vida desses
33 trabalhadores e negando-lhes as condições devidas, demonstrava ousadia ao vir
34 solidarizar-se com eles naquela sede.

35 Acrescentou que, conforme fora referido pelo deputado Henrique Troncho, a CDU
36 pretendia apresentar uma moção de natureza partidária, provavelmente redigida na sede
37 da CGTP Intersindical, e que um partido com três deputados na Assembleia da República
38 afirmar que a greve geral que convocara apontava o caminho de que Portugal precisava e
39 reclamava, revelava igualmente grande ousadia e que talvez fosse essa ousadia que
40 explicava o facto de, numa Câmara com sete vereadores, a CDU ter apenas um.

41 Concluiu afirmando que o seu grupo votaria contra a moção, não por discordar da
42 liberdade dos trabalhadores ou do direito à greve, mas por considerar que o histórico da
43 CDU tornava a posição assumida naquela ocasião excessivamente ousada.

44
45 **O deputado José Figueira** informou que aceitavam a proposta apresentada pelo Partido
46 Socialista.

47
48 **A deputada Raquel António** afirmou que a bancada do CHEGA votava contra a presente
49 moção, por entender que a Assembleia Municipal não devia assumir posições de natureza
50 partidária ou ideológica, nem promover a instrumentalização política de uma greve geral
51 convocada por estruturas sindicais associadas a uma agenda política ou partidária

1 concreta. Referiu ainda que o CHEGA defendia os direitos dos trabalhadores através do
2 crescimento económico, da valorização do mérito, do diálogo responsável e da
3 estabilidade social, rejeitando ações que prejudicassem a economia, os serviços essenciais
4 e, acima de tudo, os cidadãos, concluindo, assim, que não acompanhavam uma moção
5 que, em vez de promover consensos locais, aprofundava divisões e extravasava as
6 competências institucionais da Assembleia Municipal.

7
8 **A deputada Elmina Lopes** assinalou a ousadia do PSD ao tentar atacar a CDU
9 relativamente a uma iniciativa que decorreu de medidas do Governo do PSD,
10 nomeadamente do pacote laboral por si apresentado, que esteve na origem deste
11 movimento de protesto. Referiu ainda que foi o PSD que propôs um salário de 920 euros
12 em vez de 1050 euros, e outros valores que condicionaram o salário de todos os
13 trabalhadores da Câmara de Évora e de muitos outros trabalhadores do município.
14 Considerou, por isso, que era de grande ousadia imputar à CDU qualquer
15 responsabilidade neste quadro associado à greve geral.

16
17 **O deputado Henrique Troncho** transmitiu que o Partido Socialista votava
18 favoravelmente a moção com a redação final que foi aceite pela CDU.

19
20 **O deputado Francisco Figueira** pretendeu apenas assinalar à Cidade e ao Conselho que,
21 desde que o PSD passou a Governo, o salário mínimo nacional tinha aumentado 100 euros
22 em 14 meses.

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
25 submeteu a presente Moção Saudação aos Trabalhadores e à Greve Geral de 11 de
26 dezembro, a votação.

27
28 **Deliberação da Moção Saudação aos Trabalhadores e à Greve Geral de 11 de**
29 **dezembro, a votação:**

30 **Aprovada por maioria**, com 20 votos a favor (13 do PS, 6 da CDU e 1 do MCE), 1
31 abstenção do MICAZA e 11 votos contra (9 da AD - Évora Tem Mais Futuro e 2 do
32 CHEGA), verificando-se 32 presenças.

33
34 **A deputada Raquel António** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**

35 *O Grupo Municipal do CHEGA vota contra a presente moção por entender que a*
36 *Assembleia Municipal não deve assumir posições de natureza partidária e ideológica,*
37 *nem promover a instrumentalização política de uma greve geral convocada por*
38 *estruturas sindicais associadas a uma agenda político-partidária concreta.*

39 *O CHEGA defende os direitos dos trabalhadores através do crescimento económico,*
40 *valorização do mérito, diálogo responsável e estabilidade social, rejeitando ações que*
41 *prejudiquem a economia, os serviços essenciais e os cidadãos. Assim, não*
42 *acompanhamos uma moção que, em vez de promover consensos locais, aprofunda*
43 *divisões e extravasa as competências institucionais da Assembleia Municipal.*

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal**, relativamente à proposta de Criação de uma
46 Comissão de Acompanhamento da Implantação de Parques Fotovoltaicos no Concelho
47 de Évora, apresentada pela bancada da AD, referiu existir um pequeno problema, por não
48 se tratar de uma moção nem de uma recomendação, uma vez que apresentava a
49 designação de deliberação, não podendo assumir essa natureza, devendo antes ser
50 enquadrada como recomendação, parecer ou moção.

51

1 **O deputado Francisco Figueira** referiu que a intenção era que fosse a Assembleia
2 Municipal a constituir a referida comissão, e não a Câmara Municipal, pelo que não seria
3 possível formular uma recomendação a si própria, mas antes deliberar sobre a matéria.

4
5 **O deputado José Figueira** apresentou um ponto de ordem à Mesa referindo que o artigo
6 45.º do Regimento, que não foi evocado, determinava que se pudessem constituir
7 comissões ou grupos de trabalho e, por isso, o que tinha de constar deveria estar de acordo
8 com o referido artigo.

9
10 **O deputado Francisco Figueira** esclareceu que a moção não invocava o artigo 45.º, nem
11 qualquer outro e que a proposta visava que a própria Assembleia constituísse uma
12 comissão de acompanhamento sobre o tema, esclarecendo que não se tratava de
13 recomendar qualquer ação à Câmara ou a outro órgão, mas de ser a própria Assembleia a
14 assumir essa responsabilidade de fiscalização.

15
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou, então, à bancada da AD que
17 procedesse à apresentação da proposta de Criação de uma Comissão de Acompanhamento
18 da Implantação de Parques Fotovoltaicos no Concelho de Évora.

19
20 **O deputado Francisco Figueira** procedeu à leitura da proposta de Criação de uma
21 Comissão de Acompanhamento da Implantação de Parques Fotovoltaicos no Concelho
22 de Évora, a qual se transcreve na íntegra:

23 *“Considerando que:*

24 • *A transição energética e a promoção das energias renováveis, designadamente a*
25 *energia solar fotovoltaica, são objetivos estratégicos nacionais e europeus, fundamentais*
26 *para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e para o combate as alterações*
27 *climáticas;*

28 • *Essa transição energética deve, contudo, ser conduzida de forma responsável,*
29 *planeada e sustentável, assegurando o equilíbrio entre os objetivos ambientais, a*
30 *proteção do território e a salvaguarda das comunidades locais;*

31 • *O concelho de Évora tem sido alvo de uma procura crescente para a instalação de*
32 *parques fotovoltaicos de grande dimensão, fenómeno que tem suscitado preocupações*
33 *quanto aos seus impactos cumulativos na paisagem, na ocupação do solo, na*
34 *biodiversidade, no património histórico-cultural classificado e na identidade territorial*
35 *do concelho;*

36 • *Diversas entidades públicas, associações ambientais, organizações da sociedade civil,*
37 *especialistas em ordenamento do território e cidadãos têm vindo a manifestar*
38 *publicamente reservas quanto à localização e dimensão de alguns projetos fotovoltaicos,*
39 *alertando para riscos como a artificialização excessiva do solo, a fragmentação de*
40 *habitats, a desvalorização paisagística e potenciais efeitos negativos na atividade*
41 *turística e agrícola;*

42 • *A ausência de um acompanhamento sistemático e participativo pode agravar conflitos*
43 *territoriais, reduzir a confiança dos cidadãos nos processos de decisão pública e*
44 *comprometer a aceitação social de projetos associados à transição energética;*

45 • *A participação informada da população, das autarquias, das entidades locais e de*
46 *especialistas independentes constitui um fator essencial para garantir decisões mais*
47 *equilibradas, transparentes e sustentáveis;*

48 • *Compete à Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo da população,*
49 *acompanhar matérias de relevante interesse público local, assegurando o escrutínio*
50 *democrático e a defesa do interesse coletivo.*

51 *A Assembleia Municipal de Évora delibera:*

1 *1. A constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Implantação de Parques*
2 *Fotovoltaicos no Concelho de Évora, com a participação de representantes ou de*
3 *personalidades indicadas por todas as forças políticas com assento na Assembleia*
4 *Municipal, garantindo uma análise plural, democrática e representativa.*

5 *2. A Comissão incluirá também especialistas e/ou consultores independentes, bem como*
6 *representantes da sociedade civil, nomeadamente associações locais, organizações*
7 *ambientais, culturais ou de desenvolvimento regional, nas áreas da energia, ambiente,*
8 *sustentabilidade, ordenamento do território, urbanismo, património e desenvolvimento*
9 *económico, assegurando um acompanhamento técnico e socialmente representativo.*

10 *3. A Comissão de Acompanhamento terá as seguintes competências e atribuições:*

11 *• Acompanhar e analisar os projetos de implantação de parques fotovoltaicos no*
12 *concelho de Évora, avaliando os seus impactos ambientais, sociais, económicos,*
13 *paisagísticos e patrimoniais, incluindo os efeitos cumulativos;*

14 *• Promover audições públicas, sessões de esclarecimento e processos de consulta à*
15 *comunidade, garantindo que as preocupações, contributos e posições dos cidadãos,*
16 *associações e entidades locais, sejam devidamente considerados;*

17 *• Emitir pareceres e recomendações fundamentadas sobre os projetos em apreciação,*
18 *ponderando os benefícios energéticos e económicos, face aos riscos e impactos negativos*
19 *identificados, bem como propondo medidas de mitigação ou alternativas de localização;*

20 *• Acompanhar a execução e a monitorização dos projetos já licenciados ou em*
21 *funcionamento, com especial atenção ao cumprimento da legislação ambiental, das*
22 *medidas de compensação e das obrigações assumidas pelos promotores;*

23 *• Sugerir melhorias, ajustamentos ou ações corretivas sempre que se*
24 *verifiquem impactos negativos relevantes ou incumprimentos.*

25 *4. Solicitar ao Município de Évora a disponibilização à Comissão de todos os meios*
26 *necessários ao seu funcionamento eficaz, incluindo acesso à documentação técnica e*
27 *administrativa dos projetos, apoio logístico e informação atualizada.”*

28
29 **O deputado Francisco Figueira** referiu que era do conhecimento da região e da cidade,
30 e que julgava ser também do conhecimento de todos os deputados municipais, a existência
31 de um sentimento de alguma preocupação quanto à instalação de parques de painéis
32 fotovoltaicos no âmbito da descarbonização da economia, que a região tinha sido, pelas
33 suas características naturais, bastante procurada para esse efeito, existindo, aliás, muito
34 perto e no próprio Concelho, um projeto muito extenso de instalação.

35 Destacou que a proposta apresentada consistia na constituição, por parte da Assembleia,
36 de uma comissão de acompanhamento desse tipo de projetos, na qual se incluíam não
37 só representantes dos diversos grupos municipais, mas também personalidades
38 independentes e técnicos que pudessem ser chamados e indicados pelos vários grupos
39 representados e que o objetivo seria dispor de uma equipa que pudesse assegurar um
40 acompanhamento de maior proximidade, algo que a Assembleia, enquanto órgão de
41 carácter mais genérico, teria alguma dificuldade em realizar, permitindo assim promover
42 um envolvimento social e um acompanhamento destes projetos, que suscitavam
43 preocupação nas populações e que tinham impacto na paisagem, no modo de vida e na
44 forma como a comunidade se percecionava a si própria, do ponto de vista patrimonial e,
45 até, cultural.

46
47 **O deputado Henrique Troncho** afirmou que estavam totalmente de acordo com o
48 espírito da deliberação, mas que, de facto, se tratava de uma duplicação porque a Câmara
49 Municipal de Évora dispunha de uma Comissão do Ambiente e que, precisamente por
50 estar preocupada com todas as questões ali colocadas, iria ser transformada numa
51 Comissão do Ambiente, Alterações Climáticas e Transição Energética, cujo objetivo era

1 exatamente o mesmo do que estava no documento em discussão. Considerou que, não
2 querendo duplicar estruturas, faria todo o sentido recomendar à Câmara Municipal a
3 integração, nessa Comissão, de um representante de cada uma das forças políticas da
4 Assembleia Municipal, permitindo assim o acompanhamento por parte da Assembleia
5 Municipal, acrescentando que, na prática, o que iria acontecer era que para essa Comissão
6 a Assembleia Municipal convidaria um conjunto de personalidades e a Câmara Municipal
7 convidaria o mesmo conjunto de personalidades, ou um conjunto muito semelhante,
8 criando-se assim uma duplicação e uma espécie de concorrência entre dois órgãos que
9 deveriam cooperar e não concorrer, tratando-se de uma matéria mais relacionada com o
10 Executivo do que com o Deliberativo. Manifestou satisfação pelo facto de a Câmara
11 Municipal ter demonstrado essa preocupação e estar a avançar exatamente nesse sentido,
12 admitindo que a Câmara já pudesse estar a ponderar essa solução, contudo,
13 salvaguardando a hipótese de tal não estar a ser feito, recomendou que a Câmara
14 integrasse nessa Comissão um representante de cada uma das forças políticas presentes,
15 incluindo o deputado do Movimento Cuidar de Évora, na condição de independente, mas
16 eleito pelo Movimento, de forma a que cada força política indicasse um deputado
17 municipal para representar. Concluiu que, dessa forma, a Assembleia Municipal poderia
18 acompanhar os trabalhos e seriam atingidos os objetivos constantes da deliberação, com
19 os quais afirmou estar inteiramente de acordo, acrescentou ainda que, se tal estrutura não
20 existisse na Câmara Municipal, apoiaria totalmente a proposta, reiterando que mantinha
21 o apoio, mas considerando que não se justificaria uma duplicação.

22
23 **O deputado José Figueira** afirmou que, sobre a matéria em apreço, importava deixar
24 quatro ou cinco notas. Na sua opinião, não era correto afirmar que tinha havido ausência
25 de acompanhamento dos processos relacionados com os parques fotovoltaicos dirigidos
26 ao Concelho, referindo que bastaria recordar as iniciativas do Movimento Juntos pelo
27 Divor, bem como as iniciativas do próprio Partido Comunista, incluindo na Assembleia
28 da República e no Parlamento Europeu, as visitas ao terreno, nomeadamente com o
29 Vereador João Oliveira, deputado europeu que participou nessas ações, e os
30 pronunciamentos efetuados no âmbito da discussão pública dos diferentes projetos que
31 tinham vindo a debate. Acrescentou ainda que, na anterior Câmara Municipal, por
32 proposta do então Presidente, Carlos Pinto Sá, tinha sido tomada uma posição
33 consensualizada com todas as forças políticas e aprovada sobre esta matéria.

34 Relativamente à segunda questão, referiu que na proposta nada era mencionado as
35 responsabilidades da APA, da Direção-Geral de Energia e Geologia e do Ministério do
36 Ambiente, entidades que, a propósito das megas centrais sobre as quais tinham sido
37 questionadas, tinham remetido responsabilidades ou ignorado as questões colocadas.
38 Defendeu que a comissão a criar deveria enquadrar-se no âmbito do artigo 45.º do
39 Regimento e que deveria ficar claro o seu tempo de duração, se permanente ou provisória,
40 aspetos que não se encontravam referidos na proposta, acrescentou que, para além da
41 participação de todas as forças políticas, obrigatória nos termos do Regimento, importava
42 clarificar o universo dos restantes especialistas e quem os indicaria.

43 Referiu ainda que a comissão não tinha poderes para emitir pareceres, tal como estava
44 redigido na proposta de deliberação, mas apenas para produzir relatórios e,
45 eventualmente, apresentar propostas de pareceres à Assembleia Municipal, entidade
46 competente para os emitir e aprovar. Concluiu propondo que a proposta baixasse à
47 conferência de representantes, para discussão, e que a matéria fosse posteriormente
48 trazida à Assembleia Municipal com um novo modelo de funcionamento e de composição

49
50 **O deputado Francisco Figueira** afirmou que não estava em causa qualquer tipo de
51 duplicação, que a intenção passava por, perante um problema específico, que ultrapassava

1 a questão da transição energética e outras matérias afins, e que dizia respeito ao território,
2 criar uma equipa de acompanhamento. Essa equipa permitiria à Assembleia Municipal,
3 enquanto órgão por excelência de representação democrática da população, proceder a
4 esse acompanhamento e dar o seu contributo enquanto órgão autónomo do município,
5 promovendo o envolvimento da comunidade na discussão e análise destas questões.

6 Acrescentou que não lhes custava reconhecer que a proposta reunia condições para poder
7 ser melhorada e trabalhada no âmbito da conferência de representantes, conforme
8 proposto pela CDU, entendendo que tal faria bastante sentido. Assim, caso fosse
9 entendimento da mesa que a moção fosse votada no sentido de baixar à conferência de
10 representantes para aí ser revista e melhor trabalhada, declarou não se opor a essa solução,
11 esclarecendo ainda que a intenção era efetivamente constituir a referida equipa e que esta
12 pudesse funcionar, de forma autónoma relativamente ao que já existisse na Câmara, no
13 âmbito e na dependência da Assembleia Municipal. Quanto à duração, referiu que, pela
14 própria natureza quer do órgão e do mandato, quer da matéria ou objeto da comissão, a
15 sua duração seria naturalmente a do respetivo mandato.

16
17 **O deputado Henrique Troncho** referiu que, na sequência das duas intervenções
18 anteriores, entendia ser possível consensualizar que a proposta não fosse votada naquela
19 sessão, baixando para apreciação na reunião de representantes, e que fosse solicitado à
20 Câmara, se possível, o envio de um memorando com o que estava a ser ponderado em
21 termos da comissão e da proposta em elaboração, de modo a que a comissão a constituir
22 fosse mais complementar e menos competitiva.

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PS que procedesse à
25 apresentação da Moção Pelo desenvolvimento do Alentejo.

26
27 **O deputado Henrique Troncho** procedeu à leitura Moção Pelo desenvolvimento do
28 Alentejo, qual se transcreve na íntegra:

29 *“A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 19 de dezembro de 2025, congratula-se*
30 *com a aprovação pela Assembleia da República da proposta do PS de isenção do*
31 *pagamento de portagens na autoestrada A6 e nos troços da A2 que servem o Alentejo*
32 *para os residentes e as empresas com sede na região.*

33 *A legislação aprovada isenta do pagamento de portagens os troços da A6 entre o nó da*
34 *A2/A6/A13 e CAIA para os residentes e as empresas com sede no Norte Alentejano e no*
35 *Alentejo Central e da A2 entre o nó A2/A6/A13 e Almodôvar para os residentes e*
36 *empresas com sede no Baixo Alentejo e no Litoral Alentejano.*

37 *Trata-se de uma justa medida de discriminação positiva do Alentejo que promove a*
38 *coesão territorial e reduz custos de contexto para os Alentejanos e as empresas da nossa*
39 *região.”*

40
41 **O deputado Francisco Figueira** solicitou um ponto de ordem à Mesa sobre a condução
42 dos trabalhos, referindo que, no mandato anterior, em que o Presidente também exercia
43 essas funções, na reunião de 13 de junho, se realizara um debate a propósito do
44 cumprimento dos prazos para a entrega das moções porque, nesse mesmo dia, a propósito
45 do aniversário dos 40 anos da adesão de Portugal à União Europeia, a sua bancada fizera
46 chegar aos serviços da Câmara, às 18 horas e 3 minutos, a respetiva moção, tendo-se
47 gerado na Assembleia uma controvérsia quanto à necessidade de a mesma dar entrada até
48 às 18 horas, tratando-se, portanto, de uma diferença de três minutos. Acrescentou que, na
49 altura, se penitenciara por essa situação e pelo incumprimento do prazo, entendendo,
50 contudo, que ficara consensual entre todas as forças políticas, na condução dos trabalhos,
51 o compromisso de cumprimento desse prazo e observou que a moção em apreço fora

1 distribuída naquele preciso momento, em folhas, sem que ninguém tivesse tido tempo de
2 as analisar, considerando, por isso, que seria de bom tom e curial para o funcionamento
3 dos trabalhos da Assembleia, neste primeiro momento, ou momento inaugural, daquele
4 mandato, que se cumprisse efetivamente a regra então debatida, com os mesmos
5 protagonistas, e que, no seu entendimento, deveria ser respeitada.

6
7 **O deputado Henrique Troncho** afirmou que pensava tratar-se de uma nova Assembleia
8 Municipal eleita e que esta se encontrava a realizar a sua terceira reunião, que não tinha
9 pertencido à Assembleia Municipal anterior e que não assumira qualquer compromisso
10 sobre essa matéria. Acrescentou que o regimento em vigor não o impedia de apresentar a
11 moção e que a obrigação da Assembleia Municipal era debruçar-se sobre a mesma e votá-
12 la. Considerou que, caso se entendesse não haver condições para o fazer, deveria ser
13 proposta a não votação da moção, cabendo à Assembleia decidir nesse sentido. Observou
14 ainda que a moção, com três pequenos parágrafos, era fácil de ler, de apreender e de votar,
15 tratando-se de um assunto sobre o qual todos tinham opiniões e que já haviam sido
16 manifestadas noutros contextos. Salientou que se estava perante uma nova Assembleia
17 Municipal, não vinculada a compromissos assumidos pela anterior quanto à sua forma de
18 funcionamento, acrescentando que esta Assembleia poderia vir a deliberar nesse sentido,
19 mas que tal só constituiria um compromisso a partir do momento em que se deliberasse,
20 porque a matéria merecia debate ou até a alteração do regimento, uma vez que tal não se
21 encontrava nele expresso.

22
23 **O Presidente da Assembleia Municipal** recordou que o problema surgido com a moção
24 introduzida pelo PSD na Assembleia anterior não se prendeu com o facto de esta ter sido
25 apresentada no início da sessão, uma vez que o regimento e a lei o permitem, mas sim
26 com a inexistência de condições para a ser fotocopiada, pois a moção foi entregue quando
27 os trabalhos já decorriam no Palácio de D. Manuel, não havendo condições para garantir
28 o acesso de todos os deputados ao documento e que essa foi a razão invocada, reiterando,
29 contudo, que a lei permite a entrega de moções até ao início dos trabalhos.

30
31 **O deputado Francisco Figueira** inferiu, então, da sua intervenção, que a forma de gestão
32 dos trabalhos da Assembleia Municipal era livre, sendo os membros livres de apresentar
33 as moções que entendessem, uma vez que não estavam em causa questões de natureza
34 regimental ou legal. Considerou ser indiscutível que a lei permitia, em qualquer momento,
35 a apresentação de moções naquela Assembleia Municipal, mas o que estava em discussão
36 era saber se, naquele mandato, o procedimento poderia ou não ser aquele. Referiu ainda
37 que as pessoas que não tinham estado presentes não estavam vinculadas a esse
38 compromisso, o qual, de resto, não tinha natureza legal, tratando-se apenas de um
39 compromisso relativo ao funcionamento dos trabalhos e que era necessário clarificar essa
40 matéria para se compreender como o procedimento poderia funcionar e que não podia
41 servir de argumento o facto de os serviços da Assembleia Municipal não estarem
42 preparados embora reconhecendo sensibilidade em relação a essa questão.

43
44 **O deputado José Figueira** começou por se dirigir ao deputado Henrique Troncho,
45 referindo que este estava perdoado por ter trazido as moções. Considerou, no entanto, que
46 se tratava de uma matéria distinta, que deveria ser discutida em Conferência de
47 Representantes, nomeadamente na próxima reunião agendada, uma vez que sempre
48 existiu consenso quanto ao envio atempado das moções ou de qualquer documento, de
49 forma a que pudessem ser recebidos pessoalmente por cada um dos membros da
50 Assembleia Municipal. Referiu ainda que, da parte sua bancada, as moções poderiam ser
51 votadas e deliberadas, mas apresentou essa proposta tendo também em conta as

1 preocupações da AD sobre a matéria, sublinhando que tal procedimento sempre foi
2 consensualizado e que entendia não ser agora que deixaria de haver consenso.

3
4 **O deputado Henrique Troncho** afirmou que a moção falava por si e, como era do
5 conhecimento público, a Assembleia da República aprovou uma proposta apresentada
6 pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que, através dessa moção, foram isentados
7 do pagamento de portagens na autoestrada A6 e noutras vias que servem o Alentejo, os
8 residentes e as empresas de Évora, Beja, Portalegre e o Litoral Alentejano beneficiariam
9 dessa decisão, a qual favorecia o Alentejo e servia para contrariar muitas faltas de atenção
10 à região. Manifestou, por isso, apreço por essa decisão, por considerar que contribuía para
11 o desenvolvimento do Alentejo, constituía uma discriminação positiva, promovia a
12 coesão territorial e reduzia custos para os alentejanos de forma significativa para as
13 empresas da região e que era da mais elementar justiça aprovar a moção.

14
15 **A deputada Raquel António** afirmou que foi com elevado espanto que se assistiu a uma
16 bancada de um partido que esteve tantos anos no Governo e que nunca o fez, vir agora
17 congratular-se com aquela decisão. Embora estivessem totalmente de acordo reconheceu
18 as dificuldades acrescidas que as portagens impunham aos cidadãos e às empresas do
19 Alentejo e a necessidade de combater as assimetrias territoriais. Contudo, declarou não
20 poder acompanhar uma moção que se limitava a congratular uma iniciativa partidária
21 assente num princípio de discriminação positiva, em vez de propor uma solução
22 estrutural, justa e igual para todos os portugueses, e afirmou ainda que o Chega sempre
23 defendeu uma revisão global do modelo de portagens, sem exceções regionais nem
24 instrumentalização das assembleias municipais para fins de propaganda política.

25
26 **O deputado Henrique Troncho** referiu que era apenas para se congratular com a rápida
27 mudança de posição da bancada do Chega, que, na intervenção anterior, considerava que
28 não se deviam discutir políticas nacionais por não estarem no âmbito daquele debate, e
29 que, posteriormente, atacou o Grupo Parlamentar do PS precisamente por este ter estado
30 no Governo durante vários anos e não ter feito aquilo que agora propunha na Assembleia
31 da República.

32
33 **A deputada Raquel António** não entendia que tivesse havido qualquer mudança de
34 opinião, mas a objetiva partidária era capaz de fazer diferir as opiniões.

35
36 **O deputado José Figueira** referiu que pretendia apenas fazer uma sugestão ao Partido
37 Socialista, no sentido de retirar a menção à aprovação pela Assembleia da República da
38 proposta do PS, por esta ter sido aprovada por várias forças políticas e não apenas pelo
39 PS, sugerindo, por isso, que se mantivesse apenas a referência à aprovação pela
40 Assembleia da República.

41
42 **O deputado Henrique Troncho** referiu que a proposta tinha sido do PS e que a mantinha.

43
44 **O deputado Francisco Figueira** afirmou que havia realidades tão certas como o facto de
45 o Natal se celebrar todos os anos a 25 de dezembro, referindo que a coligação do Partido
46 Socialista com o extremismo no Parlamento e também no Governo, inaugurada com a
47 geringonça, se tinha igualmente tornado uma inevitabilidade. Declarou que a proposta
48 então em apreciação correspondia, na realidade, a uma proposta apresentada pelo Partido
49 Socialista e aprovada no Parlamento com o Chega e com a CDU, constituindo uma
50 tentativa de governar e de tomar uma decisão que não tinha sido tomada nem durante os
51 oito anos de governação com a geringonça, nem ao longo de mais de vinte anos de

1 governação isolada, período durante o qual a autoestrada já existia. Acrescentou que
2 lamentava desiludir, mas que não existia qualquer isenção, uma vez que as contas das
3 autoestradas continuariam a ser pagas. Referiu que a opção tomada pelo Partido Socialista
4 se prendia com a escolha entre fazer recair o pagamento da autoestrada sobre quem nela
5 circulava ou sobre todos os portugueses, independentemente de a utilizarem ou não.
6 Considerou ser com estupefação que se constatava a decisão do Partido Socialista de
7 apresentar tal proposta, sublinhando, contudo, que a sua responsabilidade era governar
8 para todos os portugueses, de forma global, e promover o desenvolvimento integral do
9 Alentejo, algo que, na sua perspetiva, o Partido Socialista não tinha sido capaz de
10 concretizar, apesar de ter governado praticamente de forma ininterrupta desde 1995,
11 praticamente há cerca de trinta anos.

12
13 **O deputado Henrique Troncho** considerou estranho que se acusasse o Partido Socialista
14 de, com aquela proposta na Assembleia da República, tentar governamentalizar a partir
15 da Assembleia da República, quando tinha acabado de ser apresentada uma proposta para
16 a constituição de uma comissão que se destinava a fazer exatamente o mesmo que a
17 Câmara estava a fazer e por isso, também se estava a tentar governamentalizar a partir da
18 Assembleia Municipal. Acrescentou, contudo, que não era isso que estava em causa.

19 O que estava em causa era muito simples: não acreditavam que, se as empresas
20 alentejanas e os alentejanos deixassem de beneficiar daquela medida, que não considerou
21 uma benesse, mas uma medida favorável às empresas e aos alentejanos, os portugueses
22 viessem a pagar menos impostos, pelo contrário, sustentou que pagariam exatamente os
23 mesmos e que o Alentejo continuaria a ser preterido e o que se verificava era o
24 esbanjamento de muito dinheiro em favor das regiões do litoral, sendo o Alentejo
25 sistematicamente esquecido, que sempre que se tomavam medidas em favor do interior,
26 surgiam críticas no sentido de que tais medidas prejudicariam todos os contribuintes.

27 Referiu ainda que o Alentejo não contribuía para os benefícios atribuídos a empresas do
28 litoral do país e questionou se o Alentejo não estaria também a contribuir, mas rejeitou a
29 ideia de que o Alentejo fosse agora responsável por impostos, afirmando que tal não
30 correspondia à verdade. Concluiu que tinha existido uma medida de discriminação
31 positiva, que era boa para os alentejanos e, sobretudo, para as empresas alentejanas que
32 utilizavam a autoestrada com frequência e que estavam a ser preteridas, uma vez que
33 existiam muitas outras autoestradas onde já não se pagavam portagens e que apenas agora
34 se questionava o pagamento quando era o Alentejo o beneficiado, sublinhando que a
35 medida aplicada aos alentejanos era exatamente igual à que tinha sido aplicada para os
36 algarvios, para os trasmontanos e para a Beira Interior. Considerou, por fim, que se
37 estava a tentar mascarar a situação de que o PSD e a AD, que tanto tinham proclamado a
38 defesa do Alentejo, tinham votado contra, afirmando que aquele era um problema desses
39 partidos e não do seu.

40
41 **O deputado Francisco Figueira** afirmou que a medida em causa era apresentada como
42 sendo muito positiva, mas que, ao longo de 30 anos de governação, o Partido Socialista
43 nunca a tinha implementado e sempre tinha votado contra ela, quer na região do Alentejo,
44 quer a nível nacional. Acrescentou que não se deveria criar confusão sobre a matéria,
45 sublinhando que o que estava em causa era única e exclusivamente uma análise e uma
46 opção política, a qual considerou totalmente legítima. Referiu ainda que o Parlamento
47 tinha tomado a decisão que entendeu, com as maiorias que formou, no pleno exercício
48 dos seus direitos. Relativamente à moção apresentada anteriormente, esclareceu que a
49 mesma não tinha como objetivo substituir-se à Câmara, uma vez que não se relacionava
50 com atos governativos. Por fim, afirmou compreender que o interlocutor não acreditasse
51 na redução de impostos, considerando que, quando esse partido tinha sido governo, os

1 impostos sobre o trabalho tinham sempre aumentado, bem como os restantes, enquanto
2 no seu caso os impostos já tinham sido reduzidos por quatro vezes.

3
4 **O deputado Henrique Troncho** afirmou que foram reduzidos com o voto contra da AD.

5
6 **O deputado José Figueira** afirmou que estava a considerar agradável o jogo de pingue-
7 pongue entre o PS e o PSD, uma vez que a divergência que aparentava estar a surgir
8 evidenciava, de forma mais clara, o negócio que tinha sido celebrado da concessão de
9 autoestradas a privados e referiu que essa era a verdadeira questão, salientando que os
10 privados arrecadavam milhões de euros com a concessão dessas autoestradas e que, na
11 realidade, o problema da reversão dessas infraestruturas para o setor público era uma
12 exigência antiga.

13
14 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
15 submeteu a presente Moção Pelo desenvolvimento do Alentejo, a votação.

16
17 **Deliberação da Moção Pelo desenvolvimento do Alentejo:**

18 **Aprovada por maioria**, com 21 votos a favor (13 do PS, 6 da CDU, 1 do MCE e 1 do
19 MICAZA), 2 abstenções do CHEGA e 9 votos contra da AD - Évora Tem Mais Futuro,
20 verificando-se 32 presenças.

21
22 **A deputada Raquel António** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**

23 *O Grupo Municipal do CHEGA reconhece as dificuldades acrescidas que as portagens*
24 *impõem aos cidadãos e às empresas do Alentejo e a necessidade de combater as*
25 *assimetrias territoriais. Contudo, não pode acompanhar uma moção que se limita a*
26 *congratular uma iniciativa partidária que assenta no princípio da discriminação*
27 *positiva, em vez de propor uma solução estrutural, justa e igual para todos os*
28 *portugueses. O CHEGA sempre tem defendido uma revisão global do modelo de*
29 *portagens, sem exceções regionais nem instrumentalização das Assembleias Municipais*
30 *para fins de propaganda política. Assim, o Grupo Municipal do CHEGA opta pela*
31 *abstenção na presente moção.*

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PS que procedesse à
34 apresentação da Moção sobre a distribuição de jornais e revistas nos distritos do interior
35 do País.

36
37 **A deputada Cláudia Pereira** procedeu à leitura da Moção sobre a distribuição de jornais
38 e revistas nos distritos do interior do País, qual se transcreve na íntegra:

39 *Considerando que:*

40 *1. É público que está em risco a distribuição de jornais e revistas nos distritos do interior*
41 *do País, nomeadamente em Évora, tendo a empresa VASP, que assume essa*
42 *responsabilidade, consumado já essa decisão em Marvão e no Vimioso;*

43 *2. Esta suspensão tem um impacto direto no acesso dos cidadãos a conteúdos*
44 *jornalísticos diversificados e em tempo, em especial em zonas do interior e territórios de*
45 *baixa densidade;*

46 *3. O acesso à informação é um pilar fundamental da democracia, sendo a imprensa*
47 *escrita um instrumento relevante de pluralismo, escrutínio e participação cívica, com*
48 *possibilidade de abertura de leitura do mundo para além do, ainda sempre importante,*
49 *assunto local;*

50

1 4. As nossas populações, nas freguesias urbanas, mas especialmente nas rurais, têm, nos
2 pontos de encontro de estabelecimentos de restauração, e não só, privados ou
3 associativos, a oportunidade de convívio em torno dos jornais ou das revistas, tratando-
4 se de uma importante atividade de socialização que importa preservar;

5 5. A situação colocará em causa a sustentabilidade de muitos pontos de venda, muitos
6 dos quais dependem parcialmente da venda destas publicações, e agravando o
7 desaparecimento destes estabelecimentos.

8 A Assembleia Municipal de Évora delibera:

9 1. Manifestar preocupação perante a suspensão da distribuição de imprensa escrita pela
10 VASP e os seus impactos para o acesso à informação e para o comércio local;

11 2. Recomendar ao Governo que, com urgência, dê seguimento ao plano para apoiar a
12 distribuição de jornais e revistas que o Governo da AD na anterior legislatura anunciou;

13 3. Enviar a presente moção ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Presidência, ao
14 Ministro da Economia e da Coesão Territorial, à Entidade Reguladora para a
15 Comunicação Social (ERC) e à Associação Portuguesa de Imprensa assim como a todos
16 os órgãos de comunicação nacionais, regionais e locais.

17
18 **A deputada Cláudia Pereira** referiu que a moção resultava do facto de ter vindo a
19 público a situação da distribuição de jornais e revistas, ou seja, da imprensa escrita,
20 habitualmente assegurada pela empresa com maior know-how na matéria, a VASP, a qual
21 assumira estar a enfrentar dificuldades na distribuição nos distritos do interior, tendo já
22 suspenso esse serviço na região do Alentejo, nomeadamente em Marvão e em Vimioso.
23 Acrescentou que tal situação estava a ter impacto nos territórios de baixa densidade,
24 designadamente em Évora, com consequências no acesso à informação escrita, na
25 pluralidade, nos conteúdos e na participação cívica. Sublinhou, em particular, a relevância
26 deste acesso em comunidades como as referidas, onde a leitura de jornais e revistas
27 ocorria também em espaços públicos, como cafés e associações, constituindo momentos
28 de socialização importantes que importava preservar, para além de representarem um
29 fator de sustentabilidade para alguns pontos de venda, cujo negócio incluía a imprensa
30 escrita. Nesse sentido, e tendo em conta que o anterior Governo dispunha de um plano
31 relativo à imprensa escrita, mantendo-se em funções um Governo da mesma coligação,
32 considerou que o assunto deveria ser tratado com a maior brevidade, uma vez que a
33 suspensão da distribuição poderia levar à perda de hábitos e ao encerramento de alguns
34 pontos de venda. Assim, propôs que a Assembleia Municipal deliberasse manifestar a sua
35 preocupação perante a suspensão, por parte da VASP, da distribuição de imprensa escrita
36 e os impactos daí decorrentes no acesso à informação e no comércio local, recomendando
37 ao Governo que, com urgência, desse seguimento ao plano anunciado pelo Governo da
38 AD para apoiar a distribuição de jornais e revistas.

39
40 **O deputado José Figueira** afirmou que votariam favoravelmente a moção, referindo que,
41 momentos antes, tinham sido abordadas as questões relacionadas com os problemas da
42 interioridade e que continuava a verificar-se o desenvolvimento de políticas que, na
43 prática, criavam dificuldades a quem vivia no interior. Sublinhou que essas populações
44 não tinham, muitas vezes, acesso a outros meios de comunicação para além dos jornais
45 editados em papel e das revistas e que, por esse motivo, a matéria merecia toda a atenção
46 por parte do Governo, no sentido de ser encontrada uma decisão e uma solução que
47 impedisse que, de forma transversal, os municípios e os territórios do interior de Portugal
48 ficassem abandonados no que respeita ao acesso à informação e à comunicação.

49
50 **A deputada Raquel António** começou por referir que acompanhavam a preocupação
51 expressa na moção, mas consideravam que, sendo esta remetida ao Governo, deveria

1 igualmente apresentar algumas soluções e exigir responsabilidades concretas, uma vez
2 que a situação em causa resultava, sobretudo, da falta de promoção da concorrência no
3 setor, acrescentou que era necessário promover a concorrência, assegurar a eficiência e
4 garantir a sustentabilidade do setor. Concluiu afirmando que, não se verificando
5 alterações significativas na moção, optavam pela abstenção.

6
7 **O deputado Francisco Figueira** manifestou total concordância com a moção, que o
8 problema da digitalização dos meios criou uma disrupção no mercado da comunicação
9 social editada em papel, sendo igualmente uma consequência da diminuição do consumo.
10 Sublinhou que o acesso à informação constituía um bem essencial e que o Governo tinha
11 a obrigação de procurar contribuir para mitigar e resolver este problema. Acrescentou que
12 o Governo e os órgãos públicos deveriam continuar a adquirir e a incentivar hábitos de
13 leitura, designadamente através da compra de jornais em papel para distribuição,
14 nomeadamente em escolas, tendo em conta que, com a evolução tecnológica dos últimos
15 anos, esse hábito se tinha vindo a perder. Concluiu tratar-se de uma preocupação
16 partilhada, anunciando o voto favorável à moção.

17
18 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
19 submeteu a presente Moção sobre a distribuição de jornais e revistas nos distritos do
20 interior do País, a votação.

21
22 **Deliberação da Moção sobre a distribuição de jornais e revistas nos distritos do**
23 **interior do País.**

24 **Aprovada por maioria**, com 30 votos a favor (13 do PS, 9 da AD - Évora Tem Mais
25 Futuro, 6 da CDU, 1 do MICAZA e 1 do MCE), 2 abstenções do CHEGA, verificando-
26 se 32 presenças. -----

27
28 **A deputada Raquel António** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**

29 *O Grupo Municipal do CHEGA reconhece a importância do acesso à informação, da*
30 *liberdade de imprensa e do papel da comunicação social, em especial no interior do país.*
31 *Contudo, não pode acompanhar uma moção que se imita a manifestar preocupação e a*
32 *remeter soluções para o Governo, sem exigir responsabilidades concretas nem*
33 *apresentar respostas eficazes e estruturais para o problema identificado. O CHEGA*
34 *defende políticas sérias que garantam o acesso à informação sem dependência*
35 *permanente do Estado, promovendo concorrência, eficiência e sustentabilidade do setor.*
36 *Assim, o Grupo Municipal do CHEGA opta pela abstenção na presente moção.*

37
38 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem do Dia.

39
40 **III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** antes de se iniciar a apreciação dos diversos
43 pontos da Ordem do Dia, apresentou a proposta de inclusão de 3 pontos apresentada pela
44 Câmara Municipal, remetidos posteriormente, esclarecendo que necessitava de
45 autorização da Assembleia para a sua inclusão na Ordem do Dia.

46 Questionou se alguém se opunha à inclusão dos pontos propostos pela Câmara Municipal,
47 e verificando a ausência de objeções, os mesmos seriam integrados.

48
49 **Nos termos do n.º 1 do art.º 16º e da alínea a) do ponto 2 do art.º 32º do Regimento**
50 **da AME, a Assembleia Municipal apresenta o seguinte ponto:**

1 1. Proposta de Calendarização das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de
2 Évora para o ano de 2026.

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** em relação à proposta de calendarização das
5 sessões ordinárias, perguntou se alguém desejava renunciar-se.

6
7 **O deputado Francisco Figueira** afirmou que não tinham nada a opor nem a contrapor,
8 mas referiu que, desde há muito, a posição do seu grupo era no sentido de que as
9 Assembleias deveriam ser descentralizadas. Acrescentou que o Sr. Presidente propunha
10 que as sessões se realizassem apenas no Salão Nobre da Câmara Municipal, posição à
11 qual se opunham de forma clara. Referiu ainda ser entendimento do seu grupo que, pelo
12 menos, metade das sessões da Assembleia Municipal deveria realizar-se nas freguesias
13 fora do perímetro urbano da cidade de Évora, sublinhando que essa posição era defendida
14 há muito tempo e que já tinha sido praticada. Assim, considerava que as reuniões,
15 nomeadamente as ordinárias, por serem aquelas que podiam ser previstas e planeadas,
16 deveriam realizar-se, pelo menos em metade dos casos, fora do núcleo urbano da cidade,
17 de modo a proporcionar às populações dessas freguesias a oportunidade de contactar com
18 os eleitos e a permitir que os deputados municipais e os órgãos do município conhecessem
19 melhor o concelho e nele se integrassem.

20
21 **O Presidente da Assembleia Municipal** afirmou estar inteiramente de acordo e referiu
22 que a indicação de que as sessões se realizavam no Salão Nobre dos Paços do Concelho
23 constituía um proforma, uma vez que, caso se justificasse, as mesmas seriam deslocadas
24 para os locais que se entendesse adequados à sua realização, reconhecendo que existiam
25 freguesias onde não era fácil realizar as sessões por falta de condições para transmissão
26 em streaming.

27
28 **O deputado Francisco Figueiras**, a propósito do que havia sido referido sobre as
29 condições existentes, considerou que havia dois temas passíveis de consensualização.
30 Referiu que a transmissão em streaming era manifestamente útil para permitir às
31 populações acompanhar em direto os trabalhos, mas acrescentou que, nos locais onde não
32 existissem rede 5G nem condições para assegurar essa transmissão, nada obstava a que a
33 sessão fosse integralmente gravada e disponibilizada online poucos minutos após o seu
34 termo. Salientou que ainda era do tempo em que o futebol era visto em diferido e que,
35 embora as pessoas pudessem não acompanhar em direto, o objetivo de abrir as sessões às
36 populações ficava igualmente assegurado dessa forma, nos locais onde não fosse possível
37 fazê-lo em tempo real. Referiu ainda, relativamente às condições existentes no Salão
38 Nobre, que se verificava que alguns deputados municipais dispunham de microfones de
39 mão, outros de microfones mais compridos e outros de microfones mais curtos.
40 Considerou necessário que fossem disponibilizadas melhores condições, não por uma
41 questão de dignidade, mas sobretudo por uma questão de qualidade dos trabalhos.
42 Afirmou não fazer sentido que alguns deputados tivessem microfones de determinada
43 dimensão enquanto outros utilizavam microfones de mão que eram passados de pessoa
44 para pessoa, entendendo tratar-se de equipamento básico, acrescentou que essa melhoria
45 não sobrecarregaria o orçamento da Câmara e que deveria ser tida em atenção, indo
46 também ao encontro do que tinha sido referido quanto às condições existentes, não apenas
47 no exterior, mas igualmente no interior.

48
49 **O Deputado Henrique Troncho** começou por agradecer ao deputado Francisco Figueira
50 a preocupação manifestada considerando que, naquele caso, se tratava de uma situação
51 de discriminação negativa. Referiu que poderia ser solicitado ao Senhor Presidente da

1 Assembleia Municipal que providenciasse uma solução, uma vez que era mais antigo e
2 recordava o tempo em que se falava sem microfone, entendendo, contudo, que estavam
3 algo prejudicados. Afirmou que fazia todo o sentido proceder à descentralização das
4 reuniões, mas que, para que estas fossem plenamente úteis ao local onde se realizassem,
5 deveriam incluir uma visita prévia à freguesia ou à união de freguesias em causa, bem
6 como um ponto específico dedicado aos problemas e às questões dessa freguesia e ainda
7 que deveria ser dada a palavra, de forma especial, ao Senhor Presidente da Junta respetiva,
8 para expor as situações existentes e permitir a participação das pessoas presentes.
9 Concluiu referindo que tal medida lhe parecia adequada e que, da parte da sua bancada,
10 havia total disponibilidade para esse efeito, considerando-a importante.

11
12 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de
13 intervenção, submeteu a presente proposta de Calendarização a votação.

14
15 **Deliberação da Calendarização das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de**
16 **Évora para o ano de 2026:**

17 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 32 presenças.

18
19 **Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os**
20 **seguintes pontos:**

- 21
22 2. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem
23 como a situação financeira do mesmo (Para conhecimento);

24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

26
27 **O Presidente da Câmara** referiu que todos tinham recebido o documento respeitante ao
28 trimestre que terminou em outubro, salientando que o Executivo iniciou funções
29 exatamente a 31 de outubro. O documento distribuído descrevia de forma exaustiva o que
30 ocorreu nesse período e, do ponto de vista financeiro, encontrava-se globalmente correto.
31 Ainda assim, considerou importante complementar essa informação com alguns dados
32 relativos ao mandato em curso, que seriam posteriormente integrados no relatório a
33 apresentar à próxima Assembleia Municipal. Informou, em primeiro lugar, que se
34 encontrava em fase final o processo de contratualização da auditoria funcional, financeira
35 e orçamental à Câmara Municipal. A consulta prévia permitira estabelecer uma base
36 orçamental de 73 mil euros, selecionar as empresas a avaliar na fase final e definir um
37 prazo de seis meses para a realização do estudo. Foi igualmente previsto, no caderno de
38 encargos, a produção de relatórios intercalares, assumindo-se o compromisso de os
39 distribuir ou disponibilizar aos membros da vereação e da Assembleia Municipal, de
40 modo a garantir um processo de trabalho interativo.

41 Prestou também informação relativa à Capital Europeia da Cultura. Referiu que, alguns
42 dias após as eleições, foi comunicado que, devido à falta de maturidade dos projetos
43 existentes, a unidade de missão responsável pelo PRR da Cultura tinha suspenso a
44 atribuição do financiamento à Capital Europeia da Cultura, nomeadamente aos projetos
45 da Câmara Municipal de Évora. Foi solicitada uma moratória e passou a existir um
46 trabalho em forte articulação com todos os agentes envolvidos, designadamente a Évora
47 27, a sua Direção, as entidades que a integram, o Governo, os restantes atores da cidade
48 e os trabalhadores da Câmara Municipal, que se encontravam organizados em regime de
49 task-force. Sublinhou que competia à autarquia liderar politicamente a candidatura,
50 contando com o envolvimento de todas as entidades referidas.

1 Manifestou a convicção de que estavam criadas condições para não se perder nenhum dos
2 7,6 milhões de euros do PRR disponíveis nesta fase final, apesar dos calendários muito
3 exigentes, que impunham a conclusão das obras, a respetiva faturação e a entrega dos
4 projetos em prazos muito apertados. Reconheceu o grande esforço desenvolvido,
5 expressando confiança numa resposta positiva, quer do ponto de vista material, quer
6 imaterial.

7 Abordou ainda o Plano de Urbanização de Évora, recordando que, no final do mandato
8 anterior, tinha sido aceite o respetivo documento técnico, sublinhando que se tratava de
9 um documento de natureza técnica e não política. Referiu que se iniciava agora o período
10 de escrutínio político, apelando à participação de todos, e que estavam previstas duas
11 fases obrigatórias de consulta pública, incluindo a publicação em Diário da República e
12 a subsequente discussão pública. Informou que a Câmara Municipal tinha decidido, por
13 unanimidade, fixar o mês de outubro como prazo limite para a publicação final em Diário
14 da República. Destacou que o período entre janeiro e outubro seria determinante, uma
15 vez que o resultado do Plano de Urbanização marcaria, pelo menos, a próxima década da
16 cidade e do concelho. Reafirmou o empenho do Executivo em promover uma discussão
17 pública alargada, visando a elaboração de um plano forte, seguido do lançamento da
18 revisão do PDM, envolvendo a população e conciliando interesses no quadro
19 democrático.

20 Referiu as dificuldades infraestruturais existentes, particularmente visíveis em períodos
21 de maior pluviosidade, destacando o mau estado da rede viária do concelho e da cidade.
22 Indicou que estavam a ser procuradas soluções imediatas e estruturais, tendo sido
23 retomadas reuniões sistemáticas com a Infraestruturas de Portugal. Nesse contexto, foi
24 possível melhorar o acesso pela EN114 e foi lançada uma empreitada superior a dois
25 milhões de euros para a construção do novo viaduto da Garraia, resolvendo um
26 entroncamento considerado perigoso e desajustado. Foi ainda acordado que a recuperação
27 de caminhos e estradas municipais afetados pela circulação de camiões associados a obras
28 realizadas seria efetuada em parceria, com uma parte significativa dos custos assumida
29 pela Infraestruturas de Portugal.

30 Relativamente ao Hospital Central, reconheceu tratar-se de um tema de grande
31 preocupação, referindo que ainda existiam várias etapas a cumprir para que a data
32 anunciada de 2027 pudesse ser concretizada. O Município manifestou disponibilidade
33 para colaborar no avanço do processo, tendo sido alcançado um acordo com o Governo
34 para a assinatura de um protocolo relativo à construção das acessibilidades ao hospital.
35 Indicou que subsistiam algumas dificuldades, nomeadamente negociações com a
36 Infraestruturas de Portugal e o IMT, mas que estavam reunidas condições para avançar.
37 Quanto ao protocolo, esclareceu que apenas faltava o registo formal do terreno público,
38 anteriormente da STAMO, em nome da Unidade Local de Saúde, para que pudesse ser
39 assinado. Reafirmou o compromisso do Município em criar todas as condições para
40 acelerar a construção daquela infraestrutura, sublinhando a sua importância estratégica.

41 Fez ainda referência às celebrações de Natal e Ano Novo, explicando que o contexto
42 encontrado foi complexo, uma vez que não existiam verbas cabimentadas. Apesar das
43 dificuldades, destacou a reação coletiva da cidade, envolvendo a Câmara Municipal,
44 comerciantes, associações e outros agentes, que permitiu assegurar celebrações com
45 dignidade. Considerou que, embora não tivessem o enquadramento ideal, essas
46 celebrações resultaram de um esforço coletivo que se pretendia aproveitar para futuras
47 iniciativas, agradecendo a todos os que contribuíram para esse trabalho conjunto.

48 No âmbito da informação financeira, referiu que a receita até novembro de 2025 ascendeu
49 a 60 milhões de euros, representando um crescimento de 13% face ao período homólogo
50 de 2024, resultado sobretudo do aumento das vendas de bens e serviços e do reforço das
51 transferências de capital. Em sentido contrário, registou-se uma redução significativa da

1 receita fiscal, refletindo menor dinâmica do tecido empresarial e do investimento. As
2 transferências correntes e de capital representaram mais de metade da receita total,
3 evidenciando a elevada dependência da autarquia de financiamentos externos.
4 Quanto à despesa, informou que o total pago foi de 55,8 milhões de euros, superior ao
5 ano anterior, mantendo-se um perfil maioritariamente corrente, correspondendo 84% do
6 total a despesa corrente. A despesa de capital, nomeadamente investimento direto,
7 representou apenas 7% do total. Referiu que o quadro orçamental era particularmente
8 preocupante, existindo um défice de curto prazo de 18,8 milhões de euros, correspondente
9 a encargos assumidos superiores à receita consolidada. Esta situação gerava forte pressão
10 sobre a gestão orçamental e explicava as dificuldades no pagamento de dívidas e na
11 aquisição de bens e serviços.

12 Esclareceu que não se tratava de atribuir responsabilidades, mas de encontrar soluções,
13 sendo esse o papel do Executivo. Indicou que a dívida total ascendia a 64,3 milhões de
14 euros, sendo a de curto prazo a mais complexa de gerir no quotidiano. Concluiu afirmando
15 que a estratégia passava por assegurar um crescimento sustentado da receita, melhorar a
16 gestão da despesa operacional e manter o atual perfil fiscal, na expectativa de que uma
17 maior dinâmica económica permitisse, no futuro, alcançar maior equilíbrio financeiro e
18 ponderar um eventual alívio fiscal.

19
20 **O deputado Rodolfo Pereira** começou por agradecer ao Presidente da Câmara pela sua
21 intervenção, nomeadamente no que respeitou à questão financeira. Referiu ser positivo
22 verificar que existia, finalmente, alguém que partilhava a mesma abordagem em termos
23 financeiros, recordando que, durante quatro anos no mandato anterior, alertara e fizera
24 críticas construtivas sobre a deterioração da situação financeira da Câmara e a
25 necessidade de serem tomadas medidas drásticas. Acrescentou que era com satisfação
26 que constatava que se estava, pelo menos, a tentar inverter essa situação.

27 No âmbito do documento remetido e disponibilizado pelos serviços, relativo à informação
28 do município referente aos meses de agosto, setembro e outubro, deixou duas ou três
29 notas que considerou deveras preocupantes, salientando que essas preocupações tinham
30 sido também manifestadas pelo Presidente da Câmara e que estavam, de alguma forma,
31 a ser tratadas. Referiu, em primeiro lugar, a questão dos fundos disponíveis, indicando
32 que o município terminara o mês de outubro com 19.700.000 euros de fundos disponíveis
33 negativos. Acrescentou que, a 31 de outubro, o prazo médio de pagamentos era de 146
34 dias, quando, no início do último mandato, em 2021, esse prazo era de 49 dias. Mencionou
35 ainda a existência de pagamentos em atraso no valor de 6.500.000 euros, classificando
36 este montante como completamente brutal, que era evidente que ninguém fazia milagres
37 e que era expectável que, no próximo ano, esta situação viesse a constranger a atividade
38 do município. Acrescentou que, para além destes dados, tinham tido conhecimento, quer
39 através da comunicação social, quer por comunicação enviada pelos serviços da
40 Assembleia Municipal, de duas situações sinalizadas pela DGAL. Indicou que uma delas
41 constituía ainda um alerta, mas que, caso não fosse corrigida, deixaria de o ser, referindo
42 o incumprimento do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, uma vez que, no final de setembro de
43 2025, a dívida orçamental total era superior à média da receita líquida cobrada nos últimos
44 três anos. Esclareceu que essa média rondava os 55 milhões de euros e que a dívida já
45 ascendia a 59 milhões, sendo que, segundo informações do Presidente da Câmara, esse
46 valor já era superior. Sublinhou que, embora se tratasse de um alerta, a situação poderia
47 tornar-se mais preocupante caso não fosse corrigida ou mitigada.

48 Referiu ainda uma segunda situação relacionada com o incumprimento do mecanismo
49 legal de redução dos pagamentos em atraso, explicando que deveria ter sido cumprida
50 uma redução de 10% e que, para além de tal não ter acontecido, a situação tinha sido
51 agravada. Acrescentou que, em consequência, a DGAL iria reter uma verba nas

1 transferências efetuadas para o município, a qual seria utilizada para pagamento aos
2 fornecedores. Concluiu deixando estas breves notas e colocando a questão sobre quais as
3 medidas que o município estava a adotar para mitigar estes constrangimentos, face às
4 duas situações referidas. Terminou saudando novamente a informação prestada,
5 nomeadamente na vertente financeira, manifestando satisfação por verificar que se estava
6 finalmente a trabalhar no sentido de mitigar a dívida existente, sublinhando que, sem uma
7 condição financeira estável, seria muito difícil, ou mesmo impossível, concretizar
8 determinados projetos.

9
10 **O deputado Francisco Brito** começou por referir que gostaria de colocar algumas
11 questões, esclarecendo que não iria aprofundar a maioria das matérias que tinham sido
12 trazidas no mandato anterior, reconhecendo que o Executivo tinha iniciado funções há
13 pouco tempo e que ainda se encontrava a tomar conhecimento do funcionamento da
14 máquina municipal, sendo natural que muitas matérias ainda não estivessem em
15 condições de obter resposta ou de apresentar previsões de resolução.

16 De seguida, elencou algumas situações, começando pela questão do Natal, saudando, em
17 primeiro lugar, a abertura ao diálogo, referindo que, enquanto Presidente de Junta, tinha
18 sido convocado para duas reuniões internas de trabalho promovidas pela Câmara
19 Municipal com esse objetivo e reconheceu que o programa de Natal da Câmara Municipal
20 incidia particularmente sobre o Centro Histórico, o que considerou positivo.

21 Referiu ainda que a posição assumida relativamente ao Natal era a de que não fazia
22 sentido criar uma nova centralidade nessa altura do ano, especialmente no Centro
23 Histórico, destacando que o Centro Histórico apresentava características próprias, com
24 comércio local que necessitava de ser defendido e dinamizado, sendo esta época uma
25 oportunidade para alcançar essa alavancagem económica e beneficiar do investimento
26 realizado pela Câmara Municipal. Considerou não ser viável investir num Jardim de
27 Natal, quer no Jardim Público quer na Horta das Laranjeiras, posição que afirmou ter sido
28 manifestada ao longo dos últimos quatro anos e que se mantinha, por isso,
29 disponibilizando-se para trabalhar numa solução diferente, que respondesse à realidade
30 do Centro Histórico e ao que Évora merecia, defendendo que a cidade merecia uma
31 quadra festiva mais feliz. Fez ainda uma nota relativamente a um aspeto constante no
32 documento distribuído, relacionado com a limpeza dos parques de estacionamento,
33 sobretudo os situados em redor do Centro Histórico. Salientou a sua importância no
34 objetivo de reduzir o trânsito no Centro Histórico, referindo que tal exigia bolsas de
35 estacionamento dignas. Reconheceu o estado em que essas bolsas se encontravam,
36 afirmando que necessitavam de melhorias, mas sublinhando que, até lá, deveriam ter pelo
37 menos uma limpeza adequada. Referiu que, de acordo com o que constava no documento,
38 e corroborado pela perceção no terreno, essa limpeza teria sido interrompida desde a Feira
39 de São João. Apelou, assim, à retoma da limpeza, reconhecendo que esta era necessária
40 em toda a cidade, mas destacando a gravidade das situações observadas em redor do
41 Centro Histórico, classificando-as como absolutamente degradantes.

42 Relativamente aos investimentos, referiu que tinha sido mencionada a substituição da
43 rede de águas e esgotos na Rua Mendo Estevens, mas que, por informação obtida por
44 outras vias, o montante teria sido gasto sem que o investimento tivesse sido concretizado.
45 Colocou essa questão, reconhecendo que poderia não haver ainda condições para
46 responder, mas solicitando que fosse averiguada, uma vez que tinha existido um
47 compromisso da anterior gestão da Câmara Municipal. Sublinhou a necessidade de
48 perceber o que tinha ocorrido, tendo em conta que o empréstimo estava a ser pago, no
49 valor de três milhões de euros, que ao longo dos dez anos totalizaria 3,7 milhões de euros,
50 e que, do conjunto de projetos prometidos, apenas um tinha sido concretizado.

1 Referiu ainda o viaduto da Garraia, afirmando tratar-se de uma resolução do Governo, a
2 qual saudou. Quanto ao Plano de Urbanização de Évora, declarou que a proposta
3 apresentada no mandato anterior apresentava problemas muito graves, representando uma
4 leitura incorreta da cidade. Apontou como exemplo a proposta de Metro Bus, que afetava
5 gravemente o jardim do Bairro da Malagueira, destruindo uma zona verde de um bairro
6 em vias de classificação, considerando desnecessário alongar-se em mais exemplos.
7 Defendeu que a proposta necessitava de uma revisão profunda, admitindo mesmo que
8 pudesse ter de ser refeita, tratando-se de uma discussão de natureza técnica mais
9 aprofundada. Por fim, abordou a questão dos 18,8 milhões de euros em compromissos
10 assumidos sem provisionamento, estabelecendo uma ligação com a situação do Natal.
11 Referiu compreender a posição do Presidente da Câmara Municipal, mas considerou que
12 existiam situações em que a transparência deveria ser plenamente assumida. Afirmou que
13 o anterior executivo da CDU tinha condicionado o Natal desse ano, independentemente
14 das intenções, ao deixar o início do planeamento para novembro, o que, na sua perspetiva,
15 equivalia a não haver Natal, dado que nenhuma cidade conseguia planear essa quadra a
16 partir desse mês. Referiu uma situação que considerou caricata, envolvendo o Presidente
17 da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, anteriormente Presidente da Câmara
18 Municipal de Évora até outubro, que surgia com uma árvore de Natal iluminada em
19 Montemor-o-Novo, enquanto em Évora nada tinha sido preparado, esclarecendo que essa
20 árvore não tinha sido contratada pela gestão da CDU atualmente em Montemor-o-Novo.
21 Concluiu afirmando que o Natal deveria ficar definido, no máximo, até julho,
22 considerando impossível garantir um investimento sustentável sem que a cidade definisse
23 e contratualizasse atempadamente o que iria acontecer nessa quadra, que iniciar
24 procedimentos de contratação pública em novembro equivalia a afirmar que não existiria
25 Natal, deixando à consideração de cada um a interpretação das intenções da gestão da
26 CDU, manifestando a opinião de que se tratou de uma gestão totalmente irresponsável,
27 porque essas situações tinham sido sucessivamente sinalizadas ao longo dos últimos
28 quatro anos.

29
30 **O deputado José Figueira** agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara a informação prestada,
31 nomeadamente sobre alguns projetos e sobre a situação financeira do município.
32 Questionou, a propósito da informação dada relativamente à Capital Europeia da Cultura,
33 segundo a qual os projetos candidatados ao PRR se encontravam suspensos por falta de
34 maturidade, se os projetos considerados sem maturidade eram da responsabilidade da
35 Câmara Municipal ou da Associação Évora 27, questionando igualmente quem tinha
36 prestado essa informação relativa à inexistência de maturidade, quais os motivos que
37 conduziram a essa situação e de que forma a Câmara Municipal tencionava ganhar
38 maturidade num curto espaço de tempo, quando, dois meses antes, tal não existia,
39 considerando importante que essa informação fosse prestada. Relativamente ao viaduto
40 da Garraia, referiu que era do conhecimento geral que se tratou de uma obra das
41 Infraestruturas de Portugal, que insistiram em desenvolver o projeto da forma como foi
42 executado e que, face às insistências do anterior Executivo, o que estava a acontecer
43 correspondia ao reconhecimento de um erro cometido à data, que a correção da situação
44 era adequada, mas salientou que a execução inicial do projeto resultou de uma teimosia
45 das Infraestruturas de Portugal, que desenvolveram o projeto de forma contrária à posição
46 do Executivo da Câmara Municipal e à opinião dos residentes da Garraia. Quanto ao
47 Plano de Urbanização de Évora, referiu que o Sr. Presidente tinha afirmado tratar-se de
48 um documento técnico que merecia discussão política e recordou que foram realizadas,
49 tanto quanto se lembrava, quatro iniciativas de auscultação pública e que as forças
50 políticas não apresentaram contributos porque não o quiseram fazer, não tendo havido
51 falta de oportunidades para o efeito. Acrescentou que, naquela sala e noutros momentos,

1 ocorreram várias discussões públicas sobre a matéria, tendo existido múltiplas
2 oportunidades para aprofundamento dos temas em causa.
3 No que respeitava à situação financeira, deixou a nota de que, em 2024, o Presidente da
4 Câmara à data alertara essa mesma Assembleia para a existência de problemas de ordem
5 financeira. Referiu, nomeadamente, a situação vivida em 2022 e 2023, com o aumento
6 substancial dos custos da energia, dos combustíveis e das matérias-primas, incluindo na
7 construção civil. Recordou ainda que a redução da taxa de IRS de 5% para 3,5% resultou
8 numa quebra de 1,5 milhões de euros na receita municipal, bem como a redução do IMI.
9 Nesse sentido, afirmou que os vereadores que tomaram essas decisões e a Assembleia
10 que votou contra a intenção inicialmente prevista estavam, naquele momento, a suportar
11 as consequências dessas opções. Afirmou ainda que, ao longo de quatro anos, existiu um
12 boicote premeditado à recuperação financeira do município e ao plano de saneamento
13 financeiro, considerando importante sublinhar esse facto, acrescentando que a receita do
14 IMT decresceu em 3 milhões de euros de 2023 para 2024, igualmente que,
15 acumuladamente, existiam 3 milhões de euros correspondentes a verbas que o Governo
16 devia ao município no âmbito das transferências de competências na área da educação,
17 questionando que diligências iria o Executivo da Câmara desenvolver junto do Governo
18 para recuperar esse montante em dívida. Chamou ainda a atenção para o facto de, em
19 2021, no âmbito do projeto de energia da CIMAC, o Anuário dos Municípios ter realizado
20 uma análise que foi posteriormente corrigida, em que a CIMAC foi alvo de inspeção e
21 que foi determinada a obrigatoriedade de imputar a totalidade da dívida do projeto a um
22 único ano, quando esta deveria ser considerada plurianual, e que essa decisão
23 administrativa da Direção-Geral das Autarquias Locais implicou a inscrição de cerca de
24 3 milhões de euros nas dívidas da Câmara Municipal, considerando que, perante essa
25 situação, era natural que o município se encontrasse naquela condição, uma vez que tal
26 cenário era previsível em 2024, tendo sido feito o respetivo alerta atempadamente.

27
28 **O Presidente da Câmara** referiu que, relativamente à questão da DGAL e à cativação
29 de 2 milhões de euros para pagamento, o impacto verificado foi a redução da flexibilidade
30 na escolha das entidades a pagar, mantendo-se, no entanto, o objetivo de pagamento.
31 Esclareceu que tal não significou um aumento acrescido, mas antes uma ligeira redução,
32 passando o critério de pagamento a assentar, essencialmente, na antiguidade da dívida.
33 Acrescentou que esta situação permitiu menor margem de gestão da dívida, mas não criou
34 constrangimentos, constituindo, ainda assim, um alerta importante que exigia atuação.
35 Relativamente às questões colocadas pelo deputado Francisco Brito, afirmou que a
36 limpeza dos espaços de estacionamento seria retomada e que seria elaborado um plano de
37 regeneração, salientando que, em particular no contexto da Capital Europeia da Cultura,
38 mas mesmo independentemente desse facto, o estado dos estacionamentos em Évora era
39 absolutamente intolerável, comprometendo-se o executivo a fazer o melhor possível
40 nesse domínio. Quanto à rede de águas e esgotos, referiu não existir informação
41 específica, indicando que a matéria seria objeto de estudo. Sobre o PUE, apresentou como
42 exemplo a questão do MetroBus, sublinhando que a sua inclusão naquele documento
43 técnico permitiria à cidade discutir se pretendia ou não esse modelo de transporte e de
44 mobilidade. Reconheceu que o projeto comportava impactos positivos e negativos,
45 referindo ter uma opinião pessoal, que optou por não divulgar naquele momento.
46 Esclareceu que não estava definido que o MetroBus tivesse de ser implementado, tal
47 como não estavam fechadas outras opções, nomeadamente no que respeitava à expansão
48 da cidade associada a eventuais equipamentos, como um hospital central ou uma
49 faculdade de medicina, mesmo que essas áreas não estivessem previstas no PUE.
50 Reforçou que o documento apresentado era de natureza técnica e bem fundamentado
51 nesse plano, cabendo aos decisores políticos adotar soluções distintas, desde que

1 tecnicamente sustentadas, sublinhando que era isso que se esperava do executivo. Referiu
2 ainda que já se encontravam a trabalhar com vista ao Natal de 2026.
3 Em resposta às questões do deputado José Figueira, esclareceu que a maturidade de um
4 projeto se demonstrava pelo facto de este poder ser submetido ao sistema e nele ser aceite.
5 Indicou que, inicialmente, não existiam projetos em condições de submissão, tendo,
6 entretanto, sido introduzido o projeto dos Celeiros da EPAC e existindo três ou quatro
7 projetos muito próximos de o serem. Acrescentou que estavam a ser preparados projetos
8 em regime de overbooking, como os da Igreja de São Vicente e do Aqueduto da Água de
9 Prata, para acautelar eventuais falhas, designadamente decorrentes de problemas
10 jurídicos, como os existentes relativamente à Arena, cuja recuperação considerou muito
11 importante, mas que apresentava constrangimentos devido ao seu estatuto de propriedade.
12 Explicou que, caso algum projeto falhasse, existiriam outros prontos a ser submetidos, de
13 modo a evitar a perda de financiamento. Reafirmou que a única medida de maturidade
14 relevante era a possibilidade de submissão efetiva do projeto, referindo que a discussão
15 ocorrida durante a campanha eleitoral sobre a maturidade do Multiusos se resolvia nesse
16 critério: se estivesse pronto para ser submetido, estaria maduro; se não estivesse, não o
17 estaria. Relativamente ao aumento de custos, reconheceu que se tratava de uma situação
18 transversal à generalidade dos municípios. Por fim, abordou a questão dos 3 milhões de
19 euros relativos à dívida da descentralização, referindo que, no âmbito de reuniões da
20 Associação Nacional de Municípios Portugueses e de contactos com outros municípios,
21 se constatou que tal situação não ocorria noutros casos. Indicou que a dívida não se
22 encontrava certificada, considerando essa circunstância estranha, e que seria necessário
23 proceder à sua certificação, processo no qual a auditoria também teria um papel relevante.
24 Afirmou que, uma vez certificada, a Câmara iria proceder à sua cobrança por todos os
25 meios necessários.

26
27 **O deputado Francisco Figueira** começou por deixar uma palavra de reconhecimento ao
28 Senhor Presidente da Câmara, referindo que, finalmente, houve alguém que se apresentou
29 na Assembleia Municipal colocando as questões com clareza e com a crueza que estas
30 exigiam, informando a população e os deputados municipais com verdade e seriedade.
31 Absteve-se de comentar a intervenção que a CDU acabara de proferir, considerando que
32 a informação prestada pela Câmara era perfeitamente clara e objetiva, não existindo ali
33 qualquer questão de natureza política ou partidária, mas apenas a frieza e a clareza
34 objetiva da matemática. Saudou igualmente o novo Executivo e os eleitos da Câmara
35 Municipal, afirmando que tinha terminado o boicote à cidade de Évora e às suas
36 populações. Referiu que, através de trabalho conjunto, debate e respeito democrático
37 pelas posições e pelo papel de cada um, tinha sido possível desbloquear rapidamente os
38 temas ligados ao hospital, bem como várias questões relacionadas com a Évora 27.
39 Relativamente ao tema do Natal, afirmou que a situação dispensava comentários
40 adicionais, recordando que o anterior Presidente da Câmara, que cessara funções e
41 assumira funções noutro município, realizara uma transmissão ao estilo do Rockefeller
42 Center, como se estivesse a inaugurar luzes de Natal, que reconheceu serem bonitas em
43 Montemor-o-Novo, mas que deixara para trás um boicote ao Natal dos eborenses e à
44 cidade de Évora, considerando que essa tinha sido a forma como a CDU gerira a Câmara.
45 Saudou também vivamente o facto de o Partido Socialista passar a defender a realização
46 de uma auditoria à Câmara Municipal, sublinhando que não se tratava de perseguir
47 ninguém, mas apenas de, à luz dos princípios da gestão moderna, permitir que os
48 eborenses e os próprios eleitos soubessem exatamente quais as dívidas certificadas, quais
49 as dívidas contabilizadas, qual a situação real do município e qual o peso que os eborenses
50 teriam de suportar, através dos seus impostos, para resolver a dívida que classificou como
51 catastrófica e deixada pela CDU.

1 Afirmou ainda, com clareza e objetividade, que o seu grupo político era favorável ao
2 alívio da carga fiscal sobre os eborenses, defendendo que cada euro gasto pelo erário
3 público correspondia a um euro retirado às famílias e ao esforço de cada cidadão.
4 Declarou que estariam sempre do lado da boa utilização dos fundos públicos e da redução
5 de impostos, reconhecendo, contudo, que a curto prazo tal não seria possível, por
6 imperativos de responsabilidade que outros, no seu entender, não tinham tido.
7 Por fim, lamentou que o Partido Socialista tivesse demorado a reconhecer que os quatro
8 votos dados à CDU no último mandato tinham contribuído para a situação em que a
9 cidade e os eborenses se encontravam. Concluiu afirmando que assumiriam com
10 responsabilidade a pesada herança deixada e que dariam o seu contributo para o futuro
11 do município.

12
13 **A deputada Elmina Lopes** referiu que a apresentação do projeto dos Celeiros da EPAC
14 foi porque ele se encontrar maduro. Sobre a questão das dívidas do Governo no âmbito
15 das transferências de competências referiu não se verificava apenas na Câmara Municipal
16 de Évora, mas também nas Câmaras Municipais de Albufeira e do Seixal que declararam
17 publicamente essa realidade. Acrescentou que uma parte dessa dívida já tinha sido
18 reconhecida pelo Tribunal de Contas e considerou necessário apurar esses valores,
19 sublinhando que a não admissão de que esse montante não tinha sido transferido - e que
20 correspondia ao financiamento do subsídio de Natal e do subsídio de férias dos
21 funcionários das escolas e dos agrupamentos - era grave, por poder originar um problema
22 financeiro posterior.

23
24 **O Presidente da Câmara** referiu apenas que certificar significava isso mesmo, ou seja,
25 que iriam realizar esse trabalho e que, caso existisse alguma dívida, a exigiriam e
26 esclareceu ainda que, naquele momento, não tinham essa dívida certificada.

27
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 3.

29
30 3. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2026.

31
32 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

33
34 **O Presidente da Câmara** referiu que, conforme anteriormente exposto de forma mais
35 global, se considerou, tendo sido igualmente aprovado por unanimidade pelo Executivo
36 da Câmara, que no referido ano não existiam condições para proceder a um alívio fiscal.
37 Sublinhou ser fundamental criar condições que permitissem à dinâmica económica e
38 social do concelho robustecer a receita, de modo a que, posteriormente, fosse possível
39 utilizar esses instrumentos para tornar a cidade mais atrativa para as pessoas e para as
40 empresas. Nesse sentido, foi proposta a manutenção da referência do IMI de 2025 para
41 2026, fixando-se a taxa de 0,37% para prédios urbanos e de 0,8% para prédios rústicos.

42
43 **O deputado Francisco Brito** questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal
44 sobre a razão pela qual, como é do seu conhecimento, existe uma questão de fundo
45 relativamente ao IMI do Centro Histórico referindo que a Lei do Orçamento do Estado
46 para 2023 impôs uma alteração que atribuiu aos municípios a decisão sobre a isenção ou
47 não isenção de IMI para os Centros Históricos e nesse sentido, afirmou que compete à
48 Câmara Municipal decidir se o Centro Histórico deverá ou não continuar isento de IM.
49 Solicitou o esclarecimento da posição do Senhor Presidente sobre aquela matéria.

50

1 **O Presidente da Câmara** referiu que a posição para o ano seguinte, que era a que estava
2 a ser discutida, era manter a isenção.

3
4 **A deputada Elmina Lopes** registou que se verificou um constante abaixamento do IMI
5 ao longo do mandato anterior da CDU e que, no presente, esse valor se manteve, que tal
6 constatação não mereceu oposição, tratando-se apenas de um registo factual.

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de
9 intervenção, submeteu o presente Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2026, a
10 votação.

11
12 **Deliberação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2026:**

13 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças

14
15 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 4.

16
17 4. Derrama para 2026.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

20
21 **O Presidente da Câmara** afirmou que se aplicou o mesmo princípio, mantendo-se,
22 assim, a derrama que estava em vigor em 2025 para o ano de 2026.

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
25 submeteu a presente Derrama para 2026, a votação.

26
27 **Deliberação da Derrama para 2026:**

28 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças

29
30 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 5.

31
32 5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2026.

33
34 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

35
36 **O Presidente da Câmara** apresentou a mesma fundamentação, manter a taxa municipal
37 de 2025 igual em 2026, esperando que a coleta fosse maior.

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
40 submeteu a presente Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a votação.

41
42 **Deliberação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem:**

43 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 6.

46
47 6. Participação Variável no IRS para 2026.

48
49 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

50

1 **O Presidente da Câmara** apresentou a mesma fundamentação, manter a taxa de 2025
2 igual para 2026.

3
4 **A deputada Elemina Lopes** afirmou que a CDU quis informar a Assembleia, bem como
5 os eborenses, sobre o carácter demagógico das afirmações relativas à diminuição da
6 participação no IRS, considerando que essas afirmações eram, de facto, profundamente
7 demagógicas. Referiu que a redução da participação no IRS retiraria recursos ao
8 município, de que este tinha grande necessidade, sendo que a maior parte dessas receitas
9 correspondia, maioritariamente, a benefícios fiscais concedidos a pessoas de altos
10 rendimentos. Salientou que não era significativa a quantidade de dinheiro perdoadada às
11 pessoas de mais baixos rendimentos. Explicou que existiam pessoas que não pagavam
12 IRS por auferirem rendimentos muito baixos e outras que, tendo rendimentos para pagar
13 IRS, estariam satisfeitas em contribuir para o município, em benefício de toda a população
14 e para fins sociais, como vinha sendo feito. Assim, considerou que, para a CDU, a
15 diminuição de impostos não constituía uma solução para melhorar os rendimentos das
16 famílias. Defendeu que a verdadeira solução para melhorar os rendimentos das famílias
17 passava por um aumento consistente e sustentável dos salários, e não por uma situação
18 em que os lucros aumentavam enquanto os salários diminuam. Acrescentou que a
19 concessão de cerca de 20 euros por ano a uma família, quando pessoas de rendimentos
20 mais elevados beneficiavam de reduções de 200, 500 ou 1000 euros por ano, não fazia
21 sentido e era profundamente injusta, por retirar recursos significativos ao município,
22 necessários à prossecução do bem comum, para beneficiar individualmente quem mais
23 tinha. Concluiu que este era o princípio orientador da CDU, defendendo que a Câmara
24 deveria reter a participação no IRS e não proceder à sua redução, afirmando-o de forma
25 clara, por considerar que a insistência da direita na redução de impostos constituía uma
26 operação demagógica, uma vez que a descida de impostos beneficiava sobretudo quem
27 tinha mais rendimentos. Ainda assim, referiu que a CDU apoiou a proposta apresentada
28 nesse ano.

29
30 **O deputado Francisco Figueira** afirmou que, se a CDU não concordasse com a redução
31 dos impostos às famílias de Évora, deveria propor o seu aumento. Acrescentou que era
32 apenas isso que tinham de fazer e que, posteriormente, democraticamente, os órgãos
33 próprios decidiriam. Referiu ainda que desafiava a CDU, na próxima reunião de Câmara,
34 a propor o aumento dos impostos, em vez da sua manutenção.

35
36 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
37 submeteu a presente Participação Variável no IRS para 2026, a votação.

38 **Deliberação da Participação Variável no IRS para 2026:**

39 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças.

40
41
42 **O deputado Francisco Figueira** apresentou a seguinte **Declaração de Voto, em**
43 **relação aos pontos 3, 4, 5 e 6:**

44 *Nós consensualizámos na Câmara, como é do conhecimento público, que se mantivessem*
45 *as taxas tal e qual como se encontravam, exatamente porque, face à situação financeira*
46 *em que a Câmara foi deixada, entendemos que, até se perceber exatamente o*
47 *enquadramento do perímetro de dívidas e de responsabilidades que neste momento está*
48 *numa situação de descontrolo, não devemos mexer na variável receitas para que, mais à*
49 *frente, se possa analisar a possibilidade de baixar os impostos às famílias e às pessoas*
50 *que todos os dias, com coragem, trabalham e constroem o nosso Conselho e a nossa*
51 *economia.*

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 7.

2
3 7. Contratos Interadministrativos para Delegação de Competências com as
4 Uniões e Juntas de Freguesia do Concelho para 2026.

5
6 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

7
8 **O Presidente da Câmara** referiu que os contratos interadministrativos foram
9 consensualizados com as freguesias, tendo sido acordado, este ano, manter os contratos
10 do ano anterior e iniciar desde já o trabalho de preparação dos contratos para o próximo
11 ano, sendo isso que foi proposto para aprovação.

12
13 **O deputado Francisco Brito** começou por saudar o facto de este ponto ter sido
14 apresentado à Assembleia no mês de dezembro, referindo que, no mandato anterior, não
15 foi possível compreender por que razão nunca foi possível discutir esta matéria nesse mês,
16 de forma a permitir o início do trabalho em janeiro de modo adequado, o que levou a que
17 a discussão ocorresse apenas em abril ou maio. Referiu ainda que a sua posição
18 relativamente a este contrato se mantinha, considerando que o mesmo se encontrava
19 correto, contudo, salientou a existência de uma matéria que já havia tido oportunidade de
20 transmitir ao Senhor Vice-Presidente, relativamente à qual não foi possível alcançar
21 entendimento com o anterior executivo da Câmara Municipal, que, no seu entender, de
22 uma questão de natureza técnica relacionada com a forma de apuramento da despesa.
23 Explicou que esta matéria se assemelhava a uma divisão entre orçamento da receita e
24 orçamento da despesa, uma vez que, no contrato em análise, constava a verba transferida
25 pela Câmara Municipal, associada à questão dos escalões, bem como a compensação
26 pelos encargos suportados pelas juntas de freguesia com a gestão dos refeitórios,
27 nomeadamente ao nível do pessoal afeto. Contudo, do lado da despesa, considerou que
28 deveria ser feita a respetiva contabilização, incluindo não apenas os bens alimentares
29 adquiridos, as despesas efetuadas e os equipamentos reparados ou adquiridos, mas
30 também o custo dos funcionários, sob pena de o balanço não refletir a realidade. Salientou
31 que, se existisse uma entrada de receita sem o correspondente registo da despesa com o
32 pessoal, o resultado apurado apresentaria sempre um lucro que não seria verdadeiro.
33 Referiu ainda que, embora o Contrato Interadministrativo previasse que a Câmara
34 Municipal assumiria eventuais prejuízos, na prática estes nunca chegavam a verificar-se,
35 segundo o entendimento da gestão da CDU que vigorou até há pouco tempo. Concluiu
36 deixando o alerta de que seria necessário acertar este ponto, de modo a garantir maior
37 justiça na averiguação da despesa.

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de
40 intervenção, submeteu os presentes Contratos Interadministrativos para Delegação de
41 Competências com as Uniões e Juntas de Freguesia do Concelho para 2026, a votação.

42
43 **Deliberação dos Contratos Interadministrativos para Delegação de Competências**
44 **com as Uniões e Juntas de Freguesia do Concelho para 2026.**

45 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças.

46
47 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 8.

48
49 8. Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho
50 de Évora para 2026.

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

2
3 **O Presidente da Câmara** referiu os contratos estabelecidos com os agrupamentos para
4 a refeição escolar e para os suplementos alimentares, com as escolas que se encontram
5 referidas, sendo esses os contratos submetidos à apreciação para aprovação.

6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
8 submeteu o presente Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do
9 Concelho de Évora para 2026, a votação.

10
11 **Deliberação dos Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do**
12 **Concelho de Évora para 2026.**

13 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças.

14
15 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 9.

16
17 9. Lista de Candidatos ao Cargo de Juiz Social.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

20
21 **O Presidente da Câmara** referiu que a lista de candidatos ao cargo de juiz social tinha
22 sido aprovada em reunião de Câmara anterior a este mandato, em outubro, não tendo sido
23 identificada qualquer razão para que não fosse validada pela Assembleia Municipal,
24 motivo pelo qual foi submetida à respetiva aprovação.

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
27 submeteu a presente Lista de Candidatos ao Cargo de Juiz Social, a votação.

28
29 **Deliberação da Lista de Candidatos ao Cargo de Juiz Social.**

30 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças.

31
32 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 10.

33
34 10. Relatório de Execução Orçamental da Habévora | junho de 2025.

35
36 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

37
38 **O Presidente da Câmara** mencionou tratar-se de um relatório elaborado
39 exclusivamente para conhecimento e que os deputados o tinham recebido.

40
41 **A deputada Raquel António** assinalou que algumas páginas do relatório não
42 estavam legíveis, que solicitara aos serviços o envio do balancete analítico, e o
43 recebera, por ser uma ferramenta fundamental para a análise de qualquer
44 empresa, e considerou que seria igualmente importante para todos os deputados.

45
46 **A deputada Lourdes Brito** afirmou que a questão não se relacionava
47 diretamente com o orçamento, mas com o que tinha lido no relatório, onde se
48 referiam vários focos, não muitos, uma vez que existia uma grande carência
49 desse tipo de equipamentos para as pessoas mais vulneráveis. O que lhe causara
50 apreensão fora o facto de não existirem habitações, nem respostas habitacionais
51 para pessoas individuais, havendo muitas pessoas a viver sozinhas que

1 necessitavam de T0 ou T1 e que não tinham, de forma alguma, capacidade para
2 pagar uma renda. Essa situação preocupou-a bastante naquele relatório. Referiu
3 ainda que, há pouco tempo, tivera oportunidade de visitar algumas casas de
4 gestão camarária na Horta das Figueiras, tendo ficado impressionada com o mau
5 aspeto das mesmas, que necessitavam de muita manutenção. Indicou que falara,
6 inclusivamente, com algumas pessoas que tinham problemas como canos rotos
7 ou outras situações nas suas habitações, já comunicadas várias vezes, mas cujas
8 pequenas obras de reparação não tinham sido concretizadas. Salientou que essa
9 fora a sua apreensão relativamente ao relatório, até porque, segundo lhe parecera,
10 a Habévora se encontrava em boa saúde financeira, defendendo, por isso, a
11 necessidade de um olhar diferenciado sobre essa situação.

12
13 **O Presidente da Câmara** informou que, sobre aquele assunto, nos pontos
14 seguintes faria referência, sendo este ponto apenas para conhecimento

15
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de
17 intervenção, informou que passavam ao ponto 11.

18
19 11. Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de
20 Corrupção e Infrações Conexas da CME - ano de 2024.

21
22 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

23
24 **O Presidente da Câmara** referiu, primeiramente, que o documento era para
25 conhecimento. Indicou tratar-se de um relatório elaborado pela Unidade de
26 Monitorização, pelo UPAMO, relativo ao ano de 2024, destinado ao
27 conhecimento dos presentes e acrescentou que, de qualquer forma, se tratava de
28 um documento muito interessante e rico em informação sobre o que ocorreu
29 neste domínio na Câmara Municipal em 2024, constituindo um bom instrumento
30 de aprendizagem em termos de gestão futura.

31
32 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de
33 intervenção, informou que passavam ao ponto 12.

34
35 12. Fixação da Remuneração do Gerente Executivo da Habévora.

36
37 13. Nomeação do Fiscal Único e Suplente da Habévora para 2026/2027.

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

40
41 **O Presidente da Câmara** referiu que a Habévora era uma empresa municipal de
42 grande importância, tratava-se de uma empresa municipal estruturante para dar resposta
43 a quem mais necessitava no domínio da habitação, sendo igualmente fundamental para
44 a concretização do Plano Local de Habitação. Salientou que a Habévora necessitava de
45 ser gerida de forma profissional, com elevada sensibilidade social e económica, uma
46 vez que, como era do conhecimento geral, uma empresa pública só se mantinha como
47 tal se não fosse deficitária, porque se fosse sistematicamente deficitária, deixaria de ser
48 viável enquanto empresa pública.

49 Por esse motivo, foi apresentada e aprovada uma proposta de gestão para a Habévora.
50 Nesse momento, os seus órgãos sociais, à exceção do representante da área social,

1 haviam colocado os seus lugares à disposição. A proposta apresentada baseou-se em
2 critérios de capacidade profissional e de qualidade de gestão da Habévora.
3 Foi proposto que a equipa fosse constituída tendo como gerente o Dr. Olímpio Galvão,
4 economista e Técnico Oficial de Contas, com larga experiência, integrando igualmente
5 o Dr. Henrique Sim-Sim, com formação na área da inovação social e vasta prática nesse
6 domínio, mantendo-se na Direção o Dr. Henrique Velez, Presidente da Associação de
7 Desenvolvimento da Cruz da Picada – ADBES. Foi ainda proposta a manutenção do
8 Dr. Andréa como Fiscal Único, cargo que já desempenhava.
9 Relativamente às remunerações, tendo em conta a intenção de que o Dr. Olímpio
10 Galvão exercesse as suas funções a tempo inteiro, foi proposto que a sua remuneração
11 fosse equiparada ao cargo Intermédio de Primeiro Grau, correspondente ao cargo de
12 Diretor de Departamento, o mais elevado cargo dirigente no Município de Évora.
13 Quanto ao Fiscal Único, foi proposta a manutenção do mesmo valor anteriormente
14 praticado, correspondente ao valor mais baixo permitido para empresas com o estatuto
15 da Habévora.
16 Concluiu referindo que tinha apresentado dois pontos em simultâneo, considerando,
17 que tal fazia sentido.
18

19 **O deputado José Figueira**, relativamente a esta matéria, referiu que no mandato
20 anterior existia um Diretor e três gerentes, enquanto que, na proposta apresentada pela
21 Câmara, passavam a existir três gerentes, sendo que um deles acumulava as funções de
22 Diretor Executivo, pelo que se pretendia saber se existia alguma razão para a redução
23 do corpo de gestão da Habévora. Questionou ainda se o anterior cargo exercido por um
24 Diretor correspondia igualmente ao exercício de funções como diretor de departamento,
25 tal como então era proposto, e se o Diretor anterior, que se demitira em agosto, se
26 encontrava na mesma situação. Por fim, foi questionado se os gerentes não executivos
27 auferiam alguma remuneração ou senha de presença pela participação nas reuniões.
28

29 **O Presidente da Câmara** afirmou que a proposta tinha sido feita de acordo com os
30 estatutos da Habévora, que o deputado sabia que, no mandato anterior, o Diretor
31 Executivo ou a Diretora Executiva tinha prescindido de auferir remuneração,
32 acrescentando que não considerava esse um bom princípio. Defendeu que, se se
33 pretendia compromisso, qualidade e alguém a trabalhar a tempo inteiro, era necessário
34 assegurar um compromisso a tempo inteiro e uma remuneração adequada. Acrescentou
35 que essa era a prática em todas as empresas públicas, manifestando surpresa por ter
36 verificado que tal prática existia naquela empresa pública, entendendo que não se
37 justificava numa empresa com o volume de investimento existente, com a lista de
38 encargos, os desafios e o financiamento que ainda teria de assegurar no âmbito do PRR.
39 Referiu ainda o financiamento a assegurar em termos de fundos BEI, bem como a
40 gestão da manutenção do parque habitacional e a gestão social desenvolvida. Concluiu
41 que não era pela não remuneração do Diretor Executivo que se obteria poupança ou
42 ganhos face ao objetivo pretendido, que era ter uma empresa pública a funcionar bem e
43 da melhor forma possível para os cidadãos, acrescentando que se aplicava o estatuto da
44 Habévora em tudo o resto no que respeitava a essa designação.

45 Referiu que o financiamento teria igualmente de ser assegurado em termos dos fundos
46 do BEI, bem como a gestão da manutenção do parque habitacional e a gestão social
47 desenvolvida. Concluiu que não seria por não pagar ao Diretor Executivo que se
48 alcançaria poupança ou se ganharia algo em termos do objetivo pretendido, que era ter
49 uma empresa pública a funcionar bem e da melhor forma possível para os cidadãos,
50 acrescentando que era aplicado o estatuto da Habévora, que o Sr. Deputado conhecia,
51 em tudo o resto no que respeitava a essa designação.

1 **O deputado José Figueira** declarou que se congratulava com a informação
2 extremamente importante que o Sr. Presidente acabara de prestar, uma vez que,
3 efetivamente, quando a CDU entrou naquela Câmara, o estatuto da Habévora não
4 possibilitava que fosse uma empresa, tal como então se encontrava constituída, de se
5 candidatar a fundos comunitários nem de gerir o parque municipal da mesma forma que
6 o fazia naquele momento. Referiu, por isso, que, da sua parte, não existia qualquer
7 oposição à designação de um Diretor com o estatuto de Diretor de Departamento. Ainda
8 assim, salientou que não podiam deixar de colocar a questão, na medida em que se
9 verificava uma diminuição do corpo de direção e, desse modo, se o Executivo da
10 Câmara considerava que, dessa forma, a gestão da Habévora poderia prosseguir sem
11 qualquer tipo de percalço, da sua parte não haveria oposição a tal decisão.

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
14 submeteu a Fixação da Remuneração do Gerente Executivo da Habévora, a votação.

15
16 **Deliberação da Fixação da Remuneração do Gerente Executivo da Habévora.**
17 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a Nomeação do Fiscal Único e
20 Suplente da Habévora para 2026/2027, a votação.

21
22 **Deliberação da Nomeação do Fiscal Único e Suplente da Habévora para 2026/2027.**
23 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças.

24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 14.

26
27 14. Renovação de Protocolo de Rendimento Social de Inserção com o Centro
28 Humanitário de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa.

29
30 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

31
32 **O Presidente da Câmara** referiu tratar-se de um protocolo com elevado impacto e
33 importância e após a apreciação do relatório de aplicação do protocolo, concluiu-se existir
34 vantagem na sua renovação, que foi aprovada em reunião de Câmara, sendo agora
35 submetida à apreciação da Assembleia Municipal.

36
37 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
38 submeteu a Renovação de Protocolo de Rendimento Social de Inserção com o Centro
39 Humanitário de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa, a votação.

40
41 **Deliberação da Renovação de Protocolo de Rendimento Social de Inserção com o**
42 **Centro Humanitário de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa.**
43 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças.

44
45 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início
46 ao segundo período de intervenção do público, questionando se havia algum pedido.

47
48 **O município Pedro Pessoa**, Presidente da Associação de Moradores da Garraia, começou
49 por referir que pretendia dar uma notícia, mas que já havia sido anunciada pelo Senhor
50 Presidente da Câmara. Recordou que se tratava de um processo muito penoso e

1 prolongado no tempo e que o mesmo ainda não se encontrava concluído, salientando a
2 importância de manter a vigilância até à finalização da obra.

3 Aproveitou ainda a ocasião para, num espírito natalício, conforme anteriormente referido
4 relativamente ao Natal em Évora, destacar que o percurso realizado até então tinha sido
5 construído com o contributo de todos e que o ponto alcançado resultou desse esforço
6 conjunto e reconheceu a presença de várias pessoas que estiveram envolvidas ao longo
7 do processo, nomeadamente em ações realizadas numa madrugada fria de março,
8 aquando de manifestações relacionadas com a situação em causa. Referiu igualmente a
9 participação dos deputados da Assembleia da República e de todos os vereadores da
10 Câmara Municipal à época, afirmando que se tratou de um trabalho coletivo e que seria
11 essencial manterem-se todos vigilantes para que o processo chegasse a bom desfecho.

12
13 Verificando não haver mais pedidos por parte do público, o **Presidente da Assembleia**
14 **Municipal** deu por terminada a Ordem do Dia.

15 16 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

17
18 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta iria ser lida pela
19 1ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

20
21 *“Aos 19 dias do mês de dezembro de 2025, pelas 20h, no Salão Nobre dos Paços do*
22 *Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Évora, tendo*
23 *deliberado o seguinte. Foi aprovado por unanimidade a proposta de calendarização das*
24 *sessões ordinárias da Assembleia Municipal de Évora para o ano 2026. Foi aprovado*
25 *por unanimidade a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2026. Foi*
26 *aprovado por unanimidade a Taxa de Derrama para o ano 2026. Foi aprovado por*
27 *unanimidade a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2026. Foi aprovado*
28 *por unanimidade a Taxa referente à Participação Variável de IRS para o ano 2026.*
29 *Foram aprovados por unanimidade os contratos interadministrativos para a delegação*
30 *de competências com as Uniãos e Juntas de Freguesias do Conselho para o ano 2026.*
31 *Foram aprovados por unanimidade os contratos interadministrativos com os*
32 *Agrupamentos de Escolas do Concelho para o ano 2026. Foi aprovada por unanimidade*
33 *a Lista de Candidatos ao cargo de Juiz Social. Foi aprovado por unanimidade a fixação*
34 *da remuneração do gerente executivo da Habévora. Foi aprovado por unanimidade a*
35 *nomeação do fiscal único e suplente para a Habévora para 2026-2027. Foi aprovado por*
36 *unanimidade a renovação do protocolo de rendimento social de inserção com o Centro*
37 *Humanitário de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa. “*
38

39 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou em votação a Ata em minuta. A
40 Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as
41 deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei nº
42 75/2013, de 12 de setembro.

43
44 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
45 terminada a sessão, pelas vinte e três horas e quinze minutos, da qual para constar se
46 elaborou a presente Ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

47 48 **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA**

49
50
51
52

Jorge Quina Ribeiro de Araújo

1
2 A 1ª SECRETÁRIA

3

4

5

6

Maria da Nazaré Lança

O 2ª SECRETÁRIO

Luís Carlos Fialho Pardal